UNIVERSIDADE ANHANGUERA-UNIDERP

FÁBIO LUCIANO VIOLIN

TURISMO E ARTESANATO EM MATO GROSSO DO SUL: DE 1970 A 2015

CAMPO GRANDE – MS

2016

FÁBIO LUCIANO VIOLIN

TURISMO E ARTESANATO EM MATO GROSSO DO SUL: DE 1970 A 2015

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera-Uniderp, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional.

Orientação:
Prof. Dr. Gilberto Luiz Alves

CAMPO GRANDE – MS

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Anhanguera-Uniderp

V793t

Violin, Fábio Luciano

Turismo e artesanato em Mato Grosso do Sul: de 1970 a 2015 / Fábio Luciano Violin. -- Campo Grande, 2016.

98f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Anhanguera-Uniderp, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Gilberto Luiz Alves. "

1. Desenvolvimento regional. 2. Turismo. 3. Artesanato – Mato Grosso do Sul. 4. Meio ambiente. Título.

CDD 21.ed. 338.9

338.4791

FOLHA DE APROVAÇÃO

Candidato: **Fabio Luciano Violin**

Tese defendida e aprovada em 29 de agosto de 2016 pela Banca Examinadora:

Prof. Doutor Gilberto Luiz Alves (Orientador)
Educação

Prof. Doutor Noslin de Paula Almeida (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)
Ciências Sociais Aplicadas

Prof. Doutor Sandino Hoff (Universidade Anhanguera - Uniderp)
Filosofia da Educação

Prof. Dr. Valmir Batista Corrêa (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)
História

Prof. Dr. José Sabino (Universidade Anhanguera-Uniderp)
Ecologia de Ecossistemas.

AGRADECIMENTOS

Dedico a conclusão dessa etapa a minha família, luz do meu caminho.

Ao meu orientador prof. Dr. Gilberto Luiz Alves, homem sábio e de visão estendida do mundo.

Aos meus mestres, os quais tive o privilégio de usufruir de seus conhecimentos, histórias e de suas generosas partilhas intelectuais, entre todos gostaria de destacar o prof. Dr. Ademir; prof. Dr. Celso; profa. Dra. Rosemary; prof. Dr. Sabino; prof. Dr. Sandino; prof. Dr. Sílvio e os demais que com rigor e com foco nos exigiram.

Aos meus amigos e amigas, Marta, Denise, Marco e Giselda os quais me acolheram e se fizeram parceiros.

De forma especial agradeço:

Ao coordenador, prof. Dr. Sílvio Fávero. Por mais de uma década e meia coordenei curso e conheço as dificuldades desse cargo e o trabalho silencioso que por vezes sequer é visto por quem usufrui de uma marca construída, sabendo que praticamente ninguém aparece para agradecer quero lhe dizer: obrigado por sua dedicação professor e pelo trabalho em prol do engrandecimento do curso;

Aos professores da comissão de normatização. Respeito e admiro o trabalho de vocês, importantes filtros e direcionadores. Obrigado, prof. Dra. Rosemary e prof. Dr. Ademir, pelo empenho e seriedade com que conduzem essa atividade;

Agradeço a Aline. Assessora do curso. Sempre prestativa e disposta a auxiliar e direcionar nossas demandas;

Agradeço a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” pela oportunidade de cursar pós-graduação e aos meus colegas do campus, que me apoiaram nessa importante etapa de minha vida profissional;

Por fim, agradeço ao Criador Jeová, que me permitiu passar por mais essa etapa e espero minimamente poder retribuir servindo ao próximo com honestidade, dedicação e respeito como tenho sempre tentado. A ciência e a fé quase nunca caminham juntas, mas, minhas experiências de vida me mostraram, e isso serve para mim, que uma vida sem fé é vazia e desprovida de propósitos.

Sumário

1.Resumo Geral 6
2. General Summary 7
3. Introdução Geral 8
4. Revisão de Literatura 12
6. Artigos 27
Artigo I 27
Da pesca ao natural: trajetória do turismo em Mato Grosso do Sul (1970 a 2015) 27
Resumo 27
Abstract 27
Introdução 28
Procedimentos Metodológicos 29
Turismo e Meio Ambiente 30
Do Turismo de Pesca ao de Natureza em Mato Grosso do Sul 32
Primeira Fase: Turismo de Pesca 32
Segunda Fase: Turismo de natureza 38
Análise de Dados 45
Considerações Finais 50
Referências Bibliográficas 52
Turismo como criador de mercado para o artesanato em Mato Grosso do Sul 57
Resumo 57
Abstract 57
Introdução 58
Procedimentos Metodológicos 58
Turismo em Mato Grosso do Sul 59
Artesanato – Apontamentos Introdutórios 62
Artesanato em Mato Grosso do Sul 66
Análise dos Dados 68
Considerações Finais 80
Referências Bibliográficas 85
7. Conclusão Geral 89

1. Resumo Geral

O objeto deste trabalho centrou-se na influência da atividade turística sobre a comercialização de artesanato em Mato Grosso do Sul no período compreendido entre 1970 e 2015. Foram relacionadas as associações entre essas duas grandes áreas de atividade humana, que se apresentam distintas e, ao mesmo tempo, inter-relacionadas. O objetivo geral foi analisar as relações entre Turismo e Artesanato em Mato Grosso do Sul no período em foco. Dois objetivos específicos foram delimitados. O primeiro intentou descrever as origens e expansão do turismo no estado. Iniciada com o turismo de pesca, que teve seu apogeu entre as décadas de 1980 e meados dos anos 2000, prosseguiu com a ascensão do turismo baseado na natureza a partir da década de 1990. O segundo objetivo visou discutir o turismo enquanto instrumento de produção de mercado para o artesanato por meio da análise dos postos de comercialização inseridos ao longo das rotas de acesso ou destinos turísticos finais. Dados empíricos foram levantados por meio de entrevistas semiestruturadas, de observações sistemáticas e de registros fotográficos, realizadas *in loco* nas empresas de comércio de artesanato, com moradores e turistas. A conclusão geral evidencia que o turismo produziu mercado para o artesanato. O estudo contemplou a linha de pesquisa Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Regional Sustentável.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional, Meio Ambiente, História Regional.

2. General Summary

The object of this work focused on the influence of tourism on the marketing of crafts in Mato Grosso do Sul in the period among 1970 and 2015 were related associations concerning these two major areas of human activity, which have distinct and at the while inter-related. The general objective was to analyze the relationship between Tourism and Handicrafts in Mato Grosso do Sul in the period in focus. Two specific objectives were defined. The first brought describe the origins and expansion of tourism in the state. Started with fishing tourism, which had its heyday between the 1980s and mid-2000s, continued with the rise of nature-based tourism from the 1990s. The second objective aimed to discuss tourism as a production tool market for crafts through the analysis of marketing posts inserted along the access routes or final destinations. Empirical data were produced also through semi-structured interviews, systematic observations and photographic records, performed on the spot in craft trade companies, with locals and tourists. The general conclusion shows that tourism has produced market for handicrafts. The study included the line Society research, Environment and Sustainable Regional Development.

Keywords: Regional Development, Environment, Regional History.

3. Introdução Geral

As expressões humanas em suas mais distintas vertentes, representadas pela música, dança, comidas, bebidas, ritos, concepções, artesanato e formas diversas de comunicação são expressões materiais e imateriais da capacidade humana de influenciar o espaço e o tempo de que fazem parte e traduzem, ao menos parcialmente, sua essência.

Ao longo da história, as relações entre o humano e o ambiente no qual se encontra apresentam extenso conjunto de padrões ilustrativos do adequado e do inadequado uso dos mais diversos tipos de recursos, para além dessa afirmação, aponta-se que

> Os seres humanos criam culturas por meio de linguagens maleáveis. Inventamos símbolos para nos entender mutuamente e, assim, geramos redes de comunicação infinitamente maiores do que a de qualquer animal. Conquistamos a biosfera e a devastamos como nenhuma outra espécie na história da vida. Somos únicos naquilo que forjamos (WILSON, 2013, p.23).

Sobretudo, a partir do deslocamento humano pelas vias da ampliação de visão de mundo, fins esportivos, gastronômicos, de saúde, de aventura, negócios ou adequação social pautado na necessidade de ser aceito pelo grupo ou pela via das convenções tais como casamentos, batizados, ritos de iniciação ou em última instância a simples contemplação ou fuga do cotidiano, além de uma miríade de outras possibilidades edificam a atividade turística como necessário campo de estudo relacionado a elementos históricos, culturais, econômicos, sociais, ambientais, filosóficos, antropológico entre outros (SWARBROOKE e HORNER, 2002 ; UYSAL *et al.*, 2012).

Dentre as expressões humanas destacadas, a que trata do artesanato se mostra elemento de relação estreita com os mais diversos tipos de impulsionadores do deslocamento humano conexos aos condicionadores da atividade turística.

As expressões compreendidas pelo Artesanato Indígena; de Reciclagem; Tradicional; de Referência Cultural e Contemporâneo-Conceitual

passam a integrar a realidade no tempo e no espaço dos locais em que se inserem com ou sem o fenômeno turístico. Porém, quando o mesmo ocorre o artesanato passa a se integrar de modo indissociável ao turismo.

Em Mato Grosso do Sul, a estruturação da atividade turística a partir, mais consistentemente, da década de 1970 apresentou formalmente alterações em sua essência passando da recepção de turistas principalmente de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e do próprio estado com interesse na pesca na década de 1980 e 1990 até a expansão do turismo de natureza principiado em 1990 e expandido a com maior velocidade a partir da década de 2000.

Nesse contexto a proposta deste estudo centrou-se na análise das relações entre turismo e artesanato em Mato Grosso do Sul delimitado pela década de 1970 até 2015. A década de 1970 foi delimitada por considerar-se que nesse período as primeiras ações contundentes de melhoria das condições de acesso e fomento da atividade turística emergiram além, de representar o período da divisão do estado o que permite realizar inferências relacionadas especificamente a Mato Grosso do Sul.

Para se atingir tal intento, ao menos dois objetivos específicos foram necessários: o primeiro, foi o de descrever as origens e a expansão do turismo no estado desde a década de 1970 iniciado com o turismo de pesca e posteriormente pelo de natureza.

O segundo objetivo pautou-se na discussão do turismo enquanto instrumento de produção de mercado para o artesanato e sua configuração através das rotas e postos de comercialização no estado.

Atendendo ao requisito de estruturação e organização das seções principais, pautadas nos artigos que compõem a tese e também como meio de atender aos objetivos específicos elaborou-se dois artigos.

O primeiro artigo tratou “Da pesca ao ambiente natural: trajetória do turismo em Mato Grosso do Sul da década de 1970 a 2015” que em seu primeiro capítulo apresenta o “Turismo e Meio Ambiente” no qual foi descrita suscintamente as bases introdutórias do turismo e considerações preliminares a respeito do meio ambiente natural pautando-se em autores como BELTRÃO (2001), AB’SABER (2006) além de OMT (2001) e EMBRATUR (2009). Na sequência apresentou-se as fases do turismo em Mato Grosso do Sul com o

capítulo “Do Turismo de Pesca ao de Natureza em Mato Grosso do Sul” o qual tem como premissa resgate histórico ligado a temática.

Procurou-se nessa parte do estudo traçar a evolução das bases turísticas no estado iniciando com a descrição do turismo representado pela pesca partindo da década de 1970 chegando a expansão da atividade pautada na natureza em momento posterior.

Tal discussão é estruturada em dois subcapítulos nominados como “Primeira Fase: Turismo de Pesca” e “Segunda Fase: Turismo em ambiente natural” erigidos sob o amparo de autores como CATELLA e ALBUQUERQUE (2007); CATELLA *et al.* (2007); MARIA e MARIANI (2007); RIZZO (2010); OLIVEIRA *et al.* (2010); CATELLA e ALBUQUERQUE (2010); CATELLA *et al.* (2014) além de BRASIL (2010) e FUNDTUR (2010).

Por seu turno, o segundo artigo focou-se na revisão teórica, documental, observações *in loco* além de registro fotográfico, e teve como título “Turismo como criador de mercado para o artesanato em Mato Grosso do Sul”. Trouxe em sua base revisional o primeiro capítulo que tratou do “Turismo em Mato Grosso do Sul” embasado em autores como MARIANI e GONÇALVES (2001), CATELLA (2001), GARMS (2004), RIZZO (2010) e DICHOFF (2015).

A segunda parte do artigo apresentou breve contextualização a respeito das “Bases do Artesanato”, exibindo na sequência, o subcapítulo intitulado “Artesanato – apontamentos introdutórios”. Os principais autores que permearam as discussões foram BALLANTYNE *et al. (*2009); CAMPOS (2012); ALVES (2012); RAMO (2013); ALVES (2014) além de BRASIL, (2010) e FUNTUR (2010). A base teórica foi encerrada com a contextualização do “Artesanato em Mato Grosso do Sul” que possui entre os principais autores FUNTUR (2010) e PELLEGRINI (2011).

A sistematização dos eventos foi enriquecida pela análise de dados provenientes dos procedimentos que envolveram entrevistas, observação *in loco*, análise documental e registro fotográfico, considerando que o atual conjunto dessas informações se limitam a restritas fontes fiáveis o que torna tal estudo relevante ao figurar como possível marco referencial para a temática.

Para além da constatação de estudos destacando a influência do turismo sobre pessoas e lugares em que se estabelece ou deixa de se

estabelecer, sua relação com o comércio de peças artesanais, apresentou-se como campo fértil para estudo.

Sinaliza-se que estudos como o de RIZZO (2010), MARIANI (2002) e ALMEIDA (2002) representam esforços importantes no avanço de dados relacionados ao turismo em Mato Grosso do Sul e que autores como ALVES (2014); KOMIYAMA (2014) e CANAZILLES *et al.* (2015) entre outros esmeram-se para categorizarem e destacarem os elementos vinculados ao artesanato no estado, especialmente o indígena.

Nesses termos, destaca-se que o estudo da relação entre o turismo e o artesanato traz à tona informações substanciais para a compreensão da dinâmica de estabelecimento dessas duas vertentes de influência nas localidades em que se apresentam em Mato Grosso do Sul, inserindo-se aditivamente, no escopo do programa de doutorado balizado pelos pilares dos estudos concentrados no Meio Ambiente e no Desenvolvimento Regional.

Destaca-se como hipótese central a influência da atividade turística sobre a atividade de comercialização do artesanato, explicitada por seus desdobramentos sociais, econômicos e ambientais expressos nas ofertas.

Complementarmente; assinala-se as alterações das características da comercialização do artesanato em Mato Grosso do Sul decorrentes das configurações e reconfigurações da natureza do tipo de turismo vigente ao longo das décadas já destacadas.

Nestes termos, tratar a variável dependente artesanato sob o contexto da variável independente turismo corresponde a traçar necessariamente inferências a respeito de fundamentos econômicos, sociais e ambientais no conjunto das relações que essa dinâmica envolve.

4. Revisão de Literatura

Principiando a revisão da literatura, se torna importante, apresentar inicialmente a indissociável ligação que tanto o turismo quanto o artesanato apresentam em relação ao tripé social, econômico ambiental.

O artesanato – e suas acepções – apresenta-se como elemento importante de análise que pode figurar como uma espécie de fiel da balança entre o contexto local e o âmbito global, entre a tradição de um grupo e a evolução dos meios de produção, entre o campo e a cidade, entre as tradições e o consumismo e podem desvelar elementos detalhados a respeito de dois tipos de visões diferentes (CAMPOS *et al.,* 2012; RAMO, 2013).

De um lado encontra-se o artesão e seus ideais não necessariamente alinhados com os preceitos do capitalismo, por sua vez esses ideais primários já apresentam pontos de confluência, sejam eles sociais, econômicos e/ou ambientais entre o produto da atividade artesanal e seu consumo, o que em essência desassociaria o passado do presente.

Tentar reconstruir um tempo ou conceito é tão inócuo quanto preservar uma peça desvinculada de sua história, uma vez que as circunstâncias que provocaram seu surgimento como fundamento de prazer ou utilidade deixaram de existir. Nesse sentido, o homem e o meio ambiente configuram-se como indissociáveis em contexto temporal e absolutamente vinculado a lógica de valoração de determinado local, matéria prima, tradição, conceito ou ainda preceitos anteriormente estabelecidos (POPELKA e LITTRELL, 1991; MARCH e WOODSIDE, 2005; PENG *et al.*, 2014)

Como primeiro esforço teórico de direcionamento, é importante conceituar o que se concebe como artesão. Para tanto, aciona-se o postulado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por meio da Portaria nº 29 de 5 de outubro de 2010 a qual, entre outros pontos, define a figura do artesão como sendo:

> [...] o trabalhador que de forma individual exerce um ofício manual, transformando a matéria-prima bruta ou manufaturada em produto acabado. Tem o domínio técnico sobre materiais, ferramentas e processos de produção artesanal na sua especialidade, criando ou produzindo

> trabalhos que tenham dimensão cultural, utilizando técnica predominantemente manual, podendo contar com o auxílio de equipamentos, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças (BRASIL, 2010, p.100)

O artesanato traz em sua essência vinculação ao popular. Em algumas épocas, locais ou sociedades associou-se aos que eram excluídos econômica ou geograficamente a produção do que era considerado artesanal, imbuído da representação de raízes, de tradições, fruto de uma lógica dominante em um determinado momento ou local ou ainda fonte de prazer desprendida do elemento pecuniário, poderia então ser associado a uma forma de memória de expressão individual ou coletiva. Tal confecção, em grande parte, trazia a extração da matéria prima e não estava necessariamente associada ao sustento desse artesão (BALLANTYNE *et al.,* 2009; CAMPOS, 2012).

Porém, ao considerar-se a esfera econômica de análise e sua decorrente relação com o meio ambiente, destaca-se que as peças antes consideradas artesanais em sua essência e carregadas de caráter valorativo de uso no trabalho diário ou como rudimento de lazer do artesão passaram a ser embutidas de meios de produção de origem manufatureira com reduzido custo de tempo, dinheiro e esforço minimizado na produção, o que permitiu a ascensão das vendas de produtos dessa natureza, tal advento leva ao apontamento realizado por ALVES (2012) o qual relata que o artesanato:

> [...] perdendo suas articulações no conjunto das práticas sociais às quais estavam associadas primordialmente. Tornaram-se mercadorias e colocaram-se à disposição da população em geral e de turistas em postos de comercialização. Desvinculadas das necessidades sociais que estavam na origem das demandas culturais de antanho, passaram a atender, exclusivamente, à sede dos consumidores que veem nelas, quase tão somente, a sua função decorativa (ALVES, 2012, p.165).

Assinala-se que se não todo, substancial parte da produção considerada artesanal, depende de modo estreito do meio natural. Argila, ossos, madeira, pelos, penas, folhagens e dezenas senão centenas de outras matérias primas são extraídas ou processadas pelo homem. Desse modo, afirma-se que a ligação entre o homem o ambiente em que está inserido, pode determinar a continuidade ou não da confecção de peças artesanais.

Ao se romper, por exemplo, esse processo produtivo pelo aumento de produção estimulada pelo aumento da venda de peças, pode-se estar incorrendo em risco ao não conceder suficiente tempo para os processos de reposição ou realinhamento ditados pelas características do que foi extraído na natureza, voltar ao seu estado original ou próximo disso e desse modo estar-se-ia minando a relação entre o homem e o ambiente (POPELKA e LITTRELL, 1991; WANG e CHEN, 2015).

O fruto da atividade artesanal representa, em algum grau, hábitos, conceitos ou preceitos de um tempo, localidade ou povo, o que levanta a importância de explanação da significação do que vem a ser cultura a qual passa, segundo ALVES (2012) pela impossibilidade de deixar de entendê-la nas suas vinculações com o modo de produção, o que implica a consideração tanto dos produtos culturais quanto dos processos que os produziram além de sua vinculação com a natureza, “mercado” de onde o artesão extrai ou processa suas peças.

CAMPOS (2012) discorre a respeito do que vem a ser uma peça artesanal:

> [...] o cotidiano, à expressão popular de contexto, de um lugar, uma paisagem, uma memória ou um símbolo que se materializa pelas mãos dos artesãos em uma peça. Utilitária ou não, esta peça carrega algo daquilo que precisa ser dito e mostrado, remete a uma situação peculiar, faz uma ponte entre o singular e o social, encurta distâncias (CAMPOS *et al.,* 2012, p.242).

Por ora, é importante evidenciar que, antes o artesão era a pessoa que possuía o conhecimento e a habilidade de realizar todas as etapas de

confecção de uma peça e em geral a extraia ou processava matéria prima advinda do meio ambiente natural, figurando inclusive como um preservador e controlador ao retirar da natureza apenas o que seria necessário sem destruir seu entorno (BANDUCCI e BARRETTO, 2001).

Tal lógica foi sendo sistematicamente substituída pelo sujeito interessado no acúmulo da riqueza que contratou auxiliares, investiu em maquinaria, alterou formas e subsidiou processos de aceleração do produto, tornando-o fruto de processo estritamente manufatureiro e seriado, quando preceitos econômicos entraram em cena. Não são raros os casos de extração abusiva ou inadequada de matéria prima marcando a ruptura entre o homem e o meio ambiente (MARCH e WOODSIDE, 2005; NASCIMENTO e SOARES, 2006).

Observa-se que a ligação entre o homem, ambiente e o aspecto econômico formam o conjunto de discussão da lógica que permeia a visão sobre a temática entre tais atores, e que, as configurações da realidade estão intimamente conexas com alterações em um ou mais desses elementos, tanto de forma isolada quanto combinada e que para além da necessidade financeira estaria o entendimento de não destruir o meio natural, o que em essência destruiria sua forma de sobrevivência (NASCIMENTO e SOARES, 2006; WANG e CHEN, 2015).

Em outros termos, a necessidade financeira não deveria ditar o ritmo da produção artesanal, haja visto que sem o respeito ao tempo e a forma de reposição natural da matéria prima advinda do meio ambiente pode-se por exemplo, sofrer com a escassez retirando a possibilidade em última instância da execução da própria peça.

Evidenciar a interdependência entre o homem e o ambiente através de suas inter-relações traz à tona discussão a respeito da importância de se debater a relevância dos elementos relacionados ao contexto da discussão sobre sustentabilidade. O artesanato traz em sua essência a vinculação com o meio ambiente natural ao realizar extração, coleta ou aproveitamento de elementos que figuram nesse espaço, tal relação pode ou não ser assentada sobre bases sustentáveis (PENG *et al*., 2014; WANG e CHEN, 2015).

Para que peças artesanais sejam reconhecidas em âmbito local, regional, nacional ou internacional é preciso estabelecer padrões ou elementos caracterizadores, o que passa a exigir determinados procedimentos ou

matérias primas durante a execução, para garantir suas características o que por vezes leva ao uso inadequado dos recursos naturais o que pode acarretar toda uma gama de efeitos negativos em diversos segmentos e o artesanato, é um desses setores afetados por transformações na natureza (SÁNCHEZ-MEDINA *et al.*, 2011; PARK *et al.*, 2014).

CARSON (1964, p. 15) discorre que "a história da vida sobre a terra tem sido uma história de interação entre as coisas vivas e o seu meio ambiente". O desrespeito ao tempo que o meio ambiente leva para repor ou voltar a um estado anterior é palco a muitas décadas de abuso por parte do ser humano.

> [...] tomando-se em consideração a duração toda do tempo terrenal, o efeito oposto, em que a vida modifica, de fato, o seu meio ambiente, tem sido relativamente breve. Apenas dentro do momento de tempo representado pelo século presente é que uma espécie – o Homem – adquiriu capacidade significativa para alterar a natureza do seu mundo (CARSON, 1964, p.15)

Diversas catástrofes, extinções de animais e plantas, alterações climáticas entre dezenas de outros eventos trouxeram à discussão, questionamentos quanto a importância de ações sistemáticas vinculadas a sustentabilidade, o que em última instância é uma questão de sobrevivência da vida, como modo de exemplificar[1] aponta-se as discussões ocorridas no Clube de Roma (1972), Conferência de Estocolmo (1972), Congresso de Belgrado (1975), Rio (1992), Conferência Mundial do Clima (1995), Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade (1997) entre outros.

DIAMOND (2005, p.17) discorre que o "manejo de recursos ambientais de modo sustentado sempre foi difícil, desde que o Homo Sapiens desenvolveu a inventividade, a eficiência e as habilidades de caçador há uns 50 mil anos". Certamente, o homem da atualidade tem mais acesso a informação e recebe

[1] Todos os eventos relatados vinculam-se a ações da ONU (Organização das Nações Unidas). Os eventos subsequentes e/ou a contextualização do que foi apresentado pode ter seu entendimento ampliado ao se consultar: https://nacoesunidas.org/

com maios refinamento e frequência estímulos relacionados a questões ambientais do que anteriormente.

É importante observar que a confecção das peças artesanais tem em sua essência ligação com o meio ambiente e dele depende – em muitos casos – de modo visceral, ou seja, sem as matérias primas advindas do meio natural e trabalhados pelo artesão do modo correto, não há peça. Esse fato por si só seria suficiente para demonstrar a relevância do ambiente para o artesão. (SÁNCHEZ-MEDINA *et al.*, 2011; WOO *et al.*, 2015). Isso não significa que necessariamente esse artesão tenha consciência ambiental ou mesmo que atue de modo correto.

Ao se dar tratamento industrial a uma peça e iniciar-se produção seriada incorre-se no risco de perturbar a dinâmica de extração segura, e consequentemente, poder-se provocar sérias e irreversíveis transformações ambientais negativas, dependendo do que se utilize como matéria prima.

Vale alertar, para a necessidade de observação da relação de troca até então existente entre o artesão e o meio do qual extrai ou se apropria de matéria prima. Em geral as peças artesanais representam ou representaram um ou mais elementos de identificação de um povo, de um grupo, de um momento para aqueles que o produzem. Ao se edificar o econômico como elemento central incorre-se no risco de minar o próprio meio de sobrevivência (PARK *et al.*, 2014; BIDDULPH, 2015).

Contudo, o artesanato turístico ao induzir o artesão a produzir mais em menos tempo o beneficiará com a renda no curto prazo, todavia, o cobrará em termos de escassez ou ainda redução da qualidade das peças produzidas, o que gerará em um determinado período a redução ou eliminação de sua fonte de renda, ou seja, acelerar, aumentar, descaracterizar sua produção artesanal em benesse do dinheiro que pode ser auferido no curto prazo, tende a retirar seu meio de sobrevivência em período posterior.

A partir do momento em que o homem passa a desrespeitar a forma de acesso, extração, uso ou mesmo ameaçar o equilíbrio natural ao ensejar obter mais do que a capacidade natural de reposição de algum tipo de elemento é possível alertar para as consequências nefastas que essa desordem, pode gerar, tais como: escassez de matéria prima, descaracterização das peças, ausência de significação entre diversos outros problemas incluindo o mais

grave que é a descontinuidade das peças por falta de subsídios materiais, processuais ou culturais.

A ênfase da discussão no campo do turismo tem recaído, de modo recorrente, no paradigma econômico. FURTADO (1984) aponta que o conceito de desenvolvimento está associado à modernidade considerando que o individualismo, a racionalidade do trabalho o sentido de ordenamento e crescimento bem como a acumulação de capital são valores advindos da burguesia em sua acepção mais ampla, os quais aparentemente se tornaram valores soberanos no seio das sociedades ocidentais.

Para BRASILEIRO (2012) o crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente, para promover a qualidade de vida dos indivíduos e o turismo por seu turno, é analisado como uma possibilidade de realização dos novos modelos e paradigmas de desenvolvimento local sustentável. Turistas e autóctones[2] passam então a ser considerados como elementos ativos deste intrincado fenômeno sociocultural.

Ainda segundo BRASILEIRO (2012), as análises de desenvolvimento pautadas exclusivamente em indicadores de crescimento econômico ou mesmo progresso técnico/científico, não permitem revelar o processo multidimensional do desenvolvimento pois, tais indicadores não refletem necessariamente qualidade de vida e desenvolvimento para os indivíduos especialmente quando o progresso econômico se torna um fim em si mesmo a partir de critérios e indicadores exógenos.

Aponta-se que o desenvolvimento regional se concretiza quando valores são inseridos no processo, abrindo-se as discussões para a difusão de um novo paradigma de crescimento que acrescente elementos como sustentabilidade, liberdade individual, diversidade cultural e participação social dentro da perspectiva econômica (FURTADO, 1984; SEN, 2000).

Esses novos contornos e configurações se propagados podem vir a gerar alterações de natureza política, econômica, comportamental e de visão do modo de ação em organizações públicas e privadas, complementarmente aponta-se que:

[2] Aquele que pertence originalmente a uma localidade.

> Desde a perspectiva de outras possibilidades e modelos de desenvolvimento, as questões humanas e ambientais ganham centralidade. Novos modelos são criados e recriados, com o intuito de apresentar outros caminhos e propostas alternativas para promover a inclusão social, a valorização de bens culturais e ambientais, e o bem-estar econômico. A partir dessas novas leituras, a produção e a prosperidade econômica, que eram vistas como a essência do progresso, tornam-se meio para o desenvolvimento dos valores humanos (BRASILEIRO, 2012, p.83).

As paisagens e a cultura do lugar passam a constituir-se em produtos ou serviços turísticos desprovidos de seu significado, especialmente os recursos naturais e as relações trabalhistas que envolvem os autóctones, podem ser desprezados no turismo de massa inserindo o lucro como foco central. Nesse contexto, de certa forma é um modo paradoxalmente insensato de operação, pois, os resultados em curto prazo destroem a fonte geradora no médio ou longo prazo, contudo, os geradores dos danos tendem a abandonar o local e migrarem para outras regiões buscando novas fontes de recursos (BIDDULPH, 2015; WOO *et al.*, 2015).

A trajetória recente do turismo – especialmente a partir da década de 1960 até 1980 – apontam a massificação como elemento central da profusão experimentada pelo setor. Esse modelo apregoa a oferta de serviços e produtos padronizados e homogeneizados, tendo como demandante um turista inexperiente e motivado basicamente pela oferta de sol e praia atraído por baixos preços, não carregando inquietações ou cuidados relacionados as questões ambientais e/ou culturais (PABLOS e MEDINA, 2004).

O turismo de massa, está vinculado a operadoras ou mesmo empresas preocupadas com a alocação, em volume, de pessoas, tendo o lucro imediato como bandeira, nesse modelo existe grande concorrência entre organizações, o que relega, a segundo plano ou mesmo desconsidera os valores socioculturais e ambientais em favor dos ganhos pecuniários (CUNHA, 1997; WEARING e NEIL, 2001; BUARQUE, 2002).

As relações do homem com o meio ambiente, apresentam sinais de alterações positivas que consideram as novas vertentes de inserção do humano como elemento pertencente ao meio e não como seu dono, caracterizando o início de alterações no modo de interação com os recursos naturais e elementos sociais.

Contudo, essa ainda não é a lógica predominante e os resíduos danosos dessa relação homem e ambiente natural e social, apresentam-se não raramente como irreversíveis dentro do contexto natural da representatividade social gerada, o que atinge primeiro os autóctones e em seguida todas as demais pessoas de modo direto ou indireto. (NASCIMENTO e SOARES, 2006; BIDDULPH, 2015; WOO *et al.*, 2015).

Tem obtido força princípios, que defendem, que o turismo e seu elemento agregado, o artesanato, pode e deve se dar a partir de um conjunto de valores transformados em elemento econômico, considerando assim redução do fechado ciclo do turismo de massa. Essa abordagem considera em conjunto a natureza, à cultura e a economia em uma diversidade e multiplicidade de pertencimento (ZAOUAL, 2008; SCHUSSEL, 2012).

Nessa concepção, o valor econômico perderia força por ser excludente em relação aos demais elementos ligados ao turismo. Os ditos novos tempos trazem em seu cerne novos modos de organização do turismo, e também, do artesanato, que devem incluir um usuário mais refinado cultural, ambiental e socialmente. Partindo do preceito de que:

> Essa forma de abordagem permite associar a questão do sítio simbólico de pertencimento e do homem do sítio, o homem da situação, do local, com a circulação do dom, da dádiva, da hospitalidade, apontando na direção de um paradigma alternativo, de uma nova forma de perceber, interpretar e organizar e planejar, considerando fundamentalmente os valores, os ritos, os mitos locais (ISSA, 2007, p.3).

Os preceitos dos sítios simbólicos de pertencimento de ZAOUAL (2008) desprezam a ideia de que a atividade turística esteja unicamente vinculada ao

econômico e aponta que o processo de trocas existente, subjaz as formas de ordenamento dos sítios pautando-se nos elementos locais, constituindo-se um conjunto de regras e relações que filtram os estímulos e ímpetos passando da escala global para a local, apregoando, uma nova forma de conduta do turista que por consequência interfere em toda a extensão da teia social de relações tendo o conjunto de elementos como importante em detrimento do fator econômico como cerne das relações criadas nos sítios turísticos.

Segundo a OMT[3] (2005, p.9), o turismo com base sustentável mostra-se como "ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para locais e comunidades, exigindo integração com o ambiente natural, cultural e humano"

Tal definição, apregoa a alteração de comunidades locais com seus princípios e características, bem como o uso racional e equitativo dos elementos ligados ao meio natural e social dentro do contexto de políticas públicas e privadas (internas) e também da relação dos seres humanos (turistas e autóctones) com o entorno que os circunda.

Porém, a visão da atividade turística como elemento vinculado exclusivamente ao componente econômico é reducionista. A análise do desenvolvimento turístico em seu real sentido tem sido, por vezes descaracterizado, enquanto fenômeno social por enquadramento precipitado a movimentos de massa ou ainda associado a uma visão antiga de que a natureza existe apenas para servir o homem, figurando, portanto, como elemento descartável.

É preciso observar que:

> [...] a visitação turística organizada e praticada de modo sustentável pode ser uma atividade econômica aliada a conservação dos ambientes naturais e de biodiversidade das regiões visitadas, ainda é nova e tem espaço para se desenvolver no Brasil (WALIGORA, 2012, p.80).

[3] Organização Mundial para o Turismo

O fenômeno turístico e a atividade artesanal não se apresentam como respostas definitivas para as mazelas das comunidades detentoras de algum tipo de atrativo ambiental, social, cultural ou mercadológico. Há de se estudar a temática com as devidas ressalvas e benesses inerentes, e pontualmente justas, observando os meandros que as envolvem, ou seja, a relação entre o turismo e o artesanato dentro do contexto social, ambiental e econômico não podem ser tratados de modo reducionista e sim com a amplitude que o fenômeno exige.

Referências Bibliográficas

ALVES, G. L. **Arte, artesanato e desenvolvimento regional: temas sul-mato-grossenses**. Campo Grande: Editora UFMS, 2014. 103p.

ALVES, G. L. O Artesanato na História. **Revista Eletrônica Documento Monumento**, Cuiabá, v. 7. n. 1, p. 163-173, 2012.

BAHL, M. **Turismo: enfoques teóricos e práticos**. São Paulo: Roca, 2003. 203p.

BALLANTYNE, R.; PACKER, J.; AXELSEN, M. Trends in tourism research. **Annals of Tourism Research**, Philadelphia, v. 36, n.1, p.149-152, 2009.

BANDUCCI Jr., Á. BARRETTO, M. (Org.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papirus, 2001. 205p.

BARRETTO, M. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas: Papirus, 2005. 111p.

BIDDULPH, R. Limits to mass tourism's effects in rural peripheries. **Anal off Turism. Ressarce**, v. 50, p. 98–112, 2015.

BRASIL. Portaria nº 29, de 5 de outubro de 2010. Estabelece as bases conceituais do artesanato e da atividade artesanal. **Diário Oficial da União**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Brasília-DF, 6 de outubro de 2010. Seção 1, p.100.

BRASILEIRO, M.D.S. Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico. In: BRASILEIRO, M. D.S.; MEDINA, C.C; CORIOLANO, L.N. (org.) **Turismo, Cultura e Desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 74-98.

CAMPOS, L. J.; ALQUATTI, R.; PEREIRA, I. Artesanato, cultura e turismo: o discurso estético-político nas *Argileiras*. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 235-253, 2012.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**: **Estratégias para Entrar y Salir de la Modernidad**. Barcelona: Paidós, 2012. 352p.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.305p.

DIAMOND, J. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Rio de Janeiro: Record, 2005. 348p.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DO MATO GROSSO DO SUL. **Artesanato das Regiões.** 2014. Disponível em: <http://www.turismo.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=4633&show=2010>. Acesso em 08 de outubro de 2015.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984. 193p.

ISSA, Y. S. M. M. Produção do Turismo e Sítios Simbólicos de Pertencimento: inserção da comunidade local como fator de hospitalidade. **Revista Observatório do Turismo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p.1-14, 2007.

MARCH, R.; WOODSIDE, A. G. Testing Theory of Planned versus Realized Tourism Behavior. **Annals of Tourism Research**, Amsterdam, v. 32, n. 4, p. 905–924, 2005.

NASCIMENTO, A. F.; SOARES, L. A.S. O Dilema Turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p; 10-16, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **Making Tourism More Sustainable – A Guide for Policy Makers**. Paris: United Nations Environment Program and World Tourism Organization, 2005. 222p.

PABLOS, J. C.; MEDINA, J. C. Las lógicas del turismo: del consumo a la construcción de la sociedad. In: BLANQUER, D. **Turismo cultural y urbano**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2004. p.255-278.

PARK, D-B.; DOH, K-R. ; KIM, K-H. Successful managerial behavior for farm-based tourism: A functional approach. **Tourism Management**, Amsterdam, v. 45, p. 201-210, 2014.

PENG, B.; SONG, H.; CROUCH, G. I. A meta-analysis of international tourism demand forecasting and implications for practice. **Tourism Management**, Amsterdam, v. 45, p. 181-193, 2014.

POPELKA, C. A.; LITTRELL, M. A. Influence of Tourism on Handcraft Evolution. **Annals of Tourism Research**, Amsterdam, v. 18, n. 1, p. 392-413, 1991.

RAMO, S. P. Políticas e Processos Produtivos do Artesanato Brasileiro como Atrativo de um Turismo Cultural. **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 5, n. 1, p. 44-59, 2013.

SÁNCHEZ-MEDINA, P.S.; CORBETT, J.; TOLEDO-LÓPEZ, A. Environmental Innovation and Sustainability in Small Handicraft Businesses in Mexico. **Sustainability,** Tempe, v. 3, p. 984-1002, 2011.

SCHUSSEL, Z.G. L. Turismo, Desenvolvimento e Meio Ambiente. In: BRASILEIRO, M. D; MEDINA, C.C; CORIOLANO, L.N. (org.). **Turismo, Cultura e Desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 98-121.

SEN, A. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 75p.

SWARBROOKE, J.; HORNER, S. **O comportamento do consumidor no turismo**. São Paulo: Aleph, 2002, 388p.

UYSAL, M.; PERDUE, R.; SIRGY, M. **Handbook of Tourism and Quality-of-Life Research.** International Handbooks of Quality-of-Life. Netherlands: Springer, 2012. 202p.

WALIGORA, I. Turismo de Natureza: os desafios do crescimento. In: SABINO, J. (organizador). **Ecoturismo nas trilhas da Biodiversidade Brasileira**. Campo Grande: Natureza em Foco, 2012. p. 79-90.

WANG, S.; CHEN, J.S. The influence of place identity on perceived tourism impacts. **Annals of Tourism Research**, Amsterdam, v. 52, n. 1, p. 16–28, 2015.

WILSON, E. O. **A conquista social da Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 392p.

WOO E.; KIM, H., UYSAL, M. Life satisfaction and support for tourism development. **Annals of Tourism Research**, Amsterdam, v. 50, p. 84–97, 2015.

ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global.** Rio de Janeiro: DP&A; COPPE/UFRJ, 2006. 256p.

6. Artigos

Artigo I

Da pesca ao natural: trajetória do turismo em Mato Grosso do Sul (1970 a 2015)

Fábio Luciano Violin

Resumo

Este artigo tem como objeto a trajetória do turismo em Mato Grosso do Sul. O objetivo geral intentou analisar essa trajetória no período compreendido entre 1970 e 2015. Fontes teóricas foram buscadas em estudos de ALVES (2009) e CATELLA (2014). Fontes primárias foram obtidas em documentos de PELLEGRINI (2011); BRASIL (2010a), BRASIL (2010b) e FUNDTUR (2015), e por meio de observações *in loco*, registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas junto a turistas, moradores e comerciantes de artesanato. Entre as fontes secundárias merecem citação as teses de CATELLA (2001) e de MARIANI (2000), além de artigos científicos exemplificados por GARMS (2004) e MARIA e MARIANI (2007). Foi realizada a contextualização da relação entre o turismo, meio ambiente e o desenvolvimento regional. Infere-se que as políticas públicas aliadas aos investimentos da iniciativa privada alteraram de modo substancial as características do turismo no estado, bem como sua natureza e localidades de expansão. Sob a égide do ecoturismo, a nova fase do turismo no estado está profundamente marcada pela preocupação comercial de forma a desconsiderar as singularidades culturais locais e o meio ambiente.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional, Meio Ambiente, Turismo de pesca, Ecoturismo.

Abstract

This article is about the tourist path in Mato Grosso do Sul. The overall goal brought analyze this trend in the period between 1970 and 2015. Theoretical sources were sought in ALVES studies (2009), CATELLA (2014). Primary sources were obtained in PELLEGRINI documents (2011); BRAZIL (2010a), BRAZIL (2010b) and FUNDTUR (2015), and through on-site observations,

photographic records and semi-structured interviews with tourists, locals and craft traders. Among the secondary sources are noteworthy theses CATELLA (2001) and MARIANI (2000), as well as scientific articles exemplified by GARMS (2004); MARIA and MARIANI (2007). Contextualization of the relationship was made between tourism, environment and regional development. It appears that public policies allied to investment from the private sector have changed substantially the features of tourism in the state, as well as its nature and expansion of settlements. Under the umbrella of ecotourism, the new phase of tourism in the state is deeply marked by the commercial concern in order to disregard the local cultural singularities and the environment.
Keywords: Regional Development, Environment, Fishing Tourism, Ecotourism.

Introdução

Os impactos ocasionados pela atividade turística sobre o ambiente devem ser observados sob a ótica de um processo em detrimento da visão pautada em resultados de eventos pontuais ou atividades isoladas, ou seja, metaforicamente falando, é preciso olhar o filme ao invés da fotografia.

A determinação da intensidade, magnitude, natureza e direção das alterações do humano sobre os espaços que ocupa, deveria – entre outros itens – considerar a relação envolvendo o atrativo, o turista, a comunidade e os elementos materiais e imateriais pertencentes a determinado espaço.

Independentemente de consciência moral, ética ou política, a atividade turística deveria seguir valer-se do uso correto dos recursos do ambiente, considerando que, resultados econômicos são importantes, mas o uso incorreto pode acarretar diversos impactos negativos ambientais e/ou sociais, como depredação do espaço inviabilizando seu uso, por exemplo.

As implicações da atividade turística sobre o ambiente, podem então, gerar impactos financeiros ao permitir a circulação em maior volume de recursos associados a renda e consumo; sociais ao inserir ou excluir mão-de-obra e alterar os níveis de riqueza ou ainda os fluxos de interação entre o autóctone e o turista ao modificar as relações do homem com o meio natural de modo positivo ou negativo, o que justifica discutir essa relação.

Para se chegar a tal patamar, é vital o contexto histórico que permeia tais relações, desse modo o objetivo do estudo foi apresentar contextualização das principais fases do turismo em Mato Grosso do Sul no período de 1970 a 2015 focado nas fases do turismo de pesca e no de natureza. Adicionalmente, contextualiza-se algumas das implicações em termos ambientais e de desenvolvimento regional ao longo do estudo.

A revisão da literatura, teve breve explanação a respeito do “Turismo e o Meio Ambiente” pautando-se em estudos como os de OMT (2001), BELTRÃO (2001) e EMBRATUR (2009). O segundo capítulo que trata “Do Turismo de Pesca ao de Natureza em Mato Grosso do Sul” apresenta duas partes. Inicia-se com “Primeira Fase: turismo de Pesca”, que se valeu de autores como ALBUQUERQUE *et al.* (2003); CATELLA e ALBUQUERQUE (2010) e CATELLA *et al. (*2014). Sequencialmente contextualiza-se a “Segunda Fase: Turismo em Ambiente Natural”, pautado em autores como MARIANI (2002), MARIA e MARIANI (2007) e RIZZO (2010).

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa estruturou-se, em primeira instância, por fontes secundárias, pautada em livros e artigos de natureza científica, publicações outras que se apresentaram como relevantes e fiáveis, tais como BELTRÃO (2001); BERH (2001); BUARQUE (2002); SABINO e ANDRADE (2003); CATELLA (2004); DIAMOND (2005) e CATELLA *et al.* (2007)

O corpo do estudo traz informações provenientes do campo do turismo, história especialmente regional, cultura, meio ambiente, desenvolvimento regional e antropologia.

Teses e dissertações, tais como MARIANI (2000); CATELLA (2001); GANEM (2007) e RIZZO (2010), permitiram aprofundamento das bases regionais conexas ao contexto histórico do turismo, as análises sobre conjunturas, localidades e/ou épocas específicas que permitiram visão do todo.

A análise documental para composição das informações contou com estudos e dados disponíveis em bases como BARROS; PENHA (1994); OMT (2002); ALBUQUERQUE *et al.* (2003); EMBRATUR (2009); BRASIL (2010); FUNDTUR (2015) e SEPROTUR/MS (2012).

Adicionalmente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores e turistas, observação *in loco* e registro fotográfico nas localidades relevantes para o turismo, em especial as entradas do estado, corredores de acesso e destinos turísticos complementando pela análise documental e análise de conteúdo, estabelecendo a natureza qualitativa do estudo.

Turismo e Meio Ambiente

A EMBRATUR (2009), faz menção a representatividade do turismo enquanto atividade que gera divisas através do deslocamento voluntário e temporário de pessoas fora do local em que possuem residência fixa.

A concepção ainda traz a indicação de que os agentes econômicos mantem entre si ligações além da compra e venda de serviços turísticos. Contudo, tal definição deixa de contemplar, por exemplo, o deslocamento de pessoas para negócios ou estudo, fortes vertentes contemporâneas. Uma das mais difundidas definições para o termo destaca que o turismo inclui

> [...] tanto o deslocamento e as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas bem como as relações que surgem entre eles em lugares distintos de seu ambiente habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano e mínimo de 24 horas (pernoite no destino), principalmente com fins de lazer, negócios e outros (OMT, 2001, p.3).

De modo complementar:

> [...] no passado, a atividade turística poderia ter outro objetivo e consequentemente uma visão mais restrita. Segundo alguns especialistas, a definição sobre o turismo é dinâmica e vira de acordo com o comportamento sociocultural e econômico da humanidade (BELTRÃO, 2001, p.37).

Toda atividade turística gera impactos diretos ou indiretos, econômicos, ambientais e/ou sociais, os quais podem adquirir proporções, níveis e desdobramentos, que combinados, podem gerar potencialmente efeitos que ultrapassam o tempo e a localidade no qual ocorreram.

As alterações provocadas pela atividade turística têm o poder de gerar modificações no ambiente de modo pontual ou duradouro, no entanto, podem existir ações geradas pela atividade turística capazes de subsidiar a proteção dos espaços e de seus integrantes e outras que podem causar resultados devastadores no contexto socioambiental.

Os presumíveis impactos gerados pela atividade turística partem de duas vertentes principais. A primeira diz respeito à montagem de infraestrutura de hospitalidade como modo de acesso e permanência a locais naturais para visitação que, por vezes, são estabelecidas de maneira a desestruturar o equilíbrio social, ambiental e até mesmo financeiro do entorno.

Tais impactos, podem estender-se para além do ambiente, incluindo prejuízos que afetam social e economicamente o autóctone, por exemplo, o artesão que tem sua “produção” prejudicada pela ação de um empreendimento que despeja resíduos em uma região de coleta de matéria prima (BARROS e LA PENHA, 1994).

A segunda vertente tem relação com a sobrecarga no meio ambiente ou em sua estrutura, proporcionado pelo aumento de usuários em localidades que não são ou não estão preparadas para recepção de turistas, por exemplo, comunidades indígenas ou ribeirinhas que passam a receber turistas em função de seus atrativos, porém, as condições de saneamento básico ou mesmo de descarte de resíduos recebe carga além de sua preparação ou capacidade natural de absorção, podendo ocasionar danos tanto ambientais quanto sociais e econômicos (BERH, 2001; BUARQUE, 2002).

De modo ilustrativo AB’SABER (2006) discorre que, no contexto pantaneiro, novos e perigosos personagens foram introduzidos gerando cenário de conflitos perniciosos ao meio natural, tais como os grupos de especuladores no setor turístico, cujos empreendimentos podem em diversos momentos lançar mão de uma comunicação com o mercado passando a falsa impressão de que o turismo ecológico no estado é algo pleno.

Como o resguardo do ambiente é imprescindível para todos os atores envolvidos nas ações de conservação ou preservação[4], podem ocorrer situações de pressão, advindas do poder público ou mesmo da opinião pública, a respeito da necessidade de ações contundentes de amparo socioambiental nas localidades afetadas pelas atividades turísticas.

Em contrapartida, sob determinadas condições os benefícios da atividade turística são perceptíveis. O turismo de natureza, em especial o ecoturismo, por exemplo, tem obtido expressão a algumas décadas e atraído turistas ambientalmente conscientes.

Do Turismo de Pesca ao de Natureza em Mato Grosso do Sul

Pretendeu-se nessa etapa traçar a evolução das bases turísticas no estado iniciando com a descrição do turismo de pesca, partindo do final da década de 1970 até o desenvolvimento do turismo pautado na natureza ocorrido a partir da década de 1990.

Primeira Fase: Turismo de Pesca

O Pantanal foi a porta de entrada para estruturação do turismo baseado na pesca em Mato Grosso do Sul. Suas inundações anuais aliadas às características físicas próprias permitem relevante produção natural de peixes. As duas condições associadas auxiliaram na estruturação da pesca como importante atividade econômica, social e ambiental capaz de atrair contingentes de adeptos dessa modalidade de fruição.

É preciso distinguir as modalidades de pesca e sua categorização no contexto do fenômeno turístico, sendo o sistema de pesca basicamente dividido em profissional-artesanal; subsistência e amador.

Profissional-artesanal: as comunidades locais se organizam em colônias de pescadores profissionais autorizados por órgão competente e figuram como principal fonte de renda para o sustento da família. O pescado é vendido à população através de feiras, bancas, restaurantes ou empreendimentos similares. As relações de produção pautam-se em algumas condições tais

[4] GANEM (2007, p. 62) explica que "[...] a conservação da natureza pressupõe sempre o manejo realizado pelos humanos, mesmo quando a opção de manejo seja a não-ação ou o não-uso, isto é, a preservação de um dado ecossistema".

como pescador independente, dono dos meios de produção, equipamentos de pesca e embarcações e gestor do fruto de seu trabalho (CATELLA, 2001).

Pesca de Subsistência: nessa modalidade o pescador profissional-artesanal destina parte do produto do seu trabalho para a manutenção da família. Vale-se de barco ou não, porém utiliza apenas equipamentos básicos (caniço simples, linha de mão e/ou anzol) (CATELLA, 2001).

Pesca Turística: também conhecida como pesca amadora ou esportiva é praticada por portadores de autorização expedida por órgão competente e tem como finalidade o lazer (CATELLA, 2004).

Após as explanações básicas pode-se inferir que a evolução do turismo em Mato Grosso do Sul estabeleceu-se a partir da pesca.

A pesca turística se iniciou no estado na década de 1970. Contudo, não apresentava investimentos expressivos em infraestrutura. CATELLA *et al.* (2007) destacam que nas décadas de 1980 e 1990 é que tal estruturação teve início através de meios de hospedagem, alimentos e bebidas, casas especializadas em materiais e suprimentos.

CATELLA *et al.* (2007) ainda acentuam que o perfil de pesca se alterou de modo substancial após 1979 em todo o estado especialmente na região pantaneira e seu entorno. Em ensaio de resgate histórico foi possível apurar as seguintes fases:

Fase I – Estudos

Até 1978, existia na Bacia do Alto Paraguai apenas os pescadores amadores e os ribeirinhos que viviam da pesca artesanal, ou seja, para subsistência. SILVA (1986) descreve que foi então implantado o Plano de Assistência à Pesca Artesanal – Pescart, conveniada à Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul – EMATER/MT.

No período compreendido entre 1979 até 1983 foram realizados, segundo CATELLA (2001), o embrião de estudos para apoio a políticas públicas vinculadas à pesca através do extinto Instituto de Preservação e Controle Ambiental de Mato Grosso do Sul – INAMB, predecessor da Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

Fase II – Pós 1979 – Estruturação da pesca profissional.

Até 1979, não existiam ações contundentes do governo estadual ou infraestrutura receptiva privada em nível e celeridade de fomento da atividade de pesca. Dois anos após a divisão do estado é que as ações públicas impulsionaram o setor através de sua organização e estruturação física.

Contudo a iniciativa privada já apresentava sinais embrionários de investimentos. Nessa época se permitia o uso de redes e tarrafas, o que elevou a pesca profissional-artesanal de pouco mais de 1.000 toneladas de pescado em 1979 para 2.136 toneladas em 1984, segundo SILVA (1986). Ainda se estima que atuavam na região aproximadamente 17.000 pescadores amadores que retiravam em média 40 quilos de peixe na alta temporada.

Fase III – A partir de 1980 – Declínio da pesca profissional e ascensão da pesca esportiva.

Um conjunto de fatores emergiram para que a pesca profissional-amadora entrasse em retração, entre elas as relações políticas emergentes focando a atração turística e a proibição da utilização da malha de pesca.

O maior emissor de turistas foi o próprio estado, porém São Paulo, Paraná e Minas Gerais apresentavam relevante participação principalmente para a região do Pantanal e para Corumbá. No período de 1994 a 2000 o número de pescadores amadores apresentou-se como surpreendente, demonstrando a nítida ascensão da pesca pautada na expansão do turismo em detrimento da pesca profissional. A tabela confirma tal afirmação:

Segundo a FUNDTUR (2010), de 1981 até 1992 não houveram ações públicas relevantes relacionadas ao fomento do turismo. Entretanto, a partir desse último ano o estado passou a integrar o CODESUL e no ano seguinte – 1993 – foi disposto o Sistema de Informações Turísticas que representou importante instrumento de planejamento para o setor.

No período de 1994 a 2000 a escalada turística foi notória. Observa-se que a média do volume de pesca profissional manteve-se de modo até certo ponto harmônico. Complementarmente, observa-se que até 1999 o volume de pesca amadora registrada manteve-se em patamares elevados.

Fase IV – Pós 1999 – Desaceleração da pesca amadora

Até esse momento o Conselho Estadual de Pesca – CONPESCA/MS figurou como importante instrumento de regulação e gestão participativa na escalada e posterior desaceleração da pesca. Porém a partir dessa nova fase de desaceleração a tabela demonstra uma realidade distinta da fase anterior.

Quadro1. Quantidade de pescado capturado (toneladas) pela pesca profissional e esportiva em Mato Grosso do Sul, no período de 1994 a 2003 – SCPESCA/MS

Ano	Pesca				
	Profissional	%	Esportiva	%	Total
1994[1]	301	26,63	829	73,36	1.152
1995	439[2]	31,40	959	68,59	1.398
1996	275[2]	20,96	1.037	79,04	1.312
1997	280[2]	18,47	1.236	81,53	1.516
1998	302[2]	19,62	1.237	80,37	1.539
1999	320[2]	20,81	1.218	79,19	1.538
2000	306[2]	32,76	628	67,24	934
2001	333[2]	41,00	479	59,00	812
2002	312[2]	45,48	374	54,51	686
2003	316[2]	49,00	329	51,00	645

[1] Dados disponíveis a partir de maio [2] Estimativa de captura

Fonte. CATELLA e ALBUQUERQUE (2007).

Observa-se a queda acentuada tanto do volume de pescadores amadores – associados ao turismo – quanto do volume de pescados advindos da diminuição em 2000 da cota de captura permitida pela legislação estadual. Em 2002 o número de pescadores atingiu o patamar de 29.683 e em 2003 esse número caiu para 28.471 (ALBUQUERQUE *et al.* 2003). Tal redução equivale em números absolutos a quase metade da quantidade registrada no ano de 1999, o que gerou forte crise no setor turístico pesqueiro no estado.

CATELLA (2004) apresenta as possíveis causas da grave crise no turismo de pesca no estado:

i. Concorrência com locais como as Bacias do Amazônia e Araguaia-Tocantins, Bacia do Prata na Argentina e no Paraguai;
ii. Estradas de acesso em condições precárias além de interrupção de voos diários de aeronaves de grande porte para Corumbá em 2002;

iii. Redução da cota a partir de 2000 pode ter contribuído para o desinteresse dos pescadores amadores; e

iv. Eventos caracterizados como “pequenas cheias” entre 1998 e 2001 que provavelmente reduziram a produção natural de peixes.

Fase V – 2003 A 2006: Exceção

Entre 2003 e 2006 houve o declínio da pesca pautada no turismo, fato esse comprovado pelas duas figuras 1 e figura 2, respectivamente, como segue:

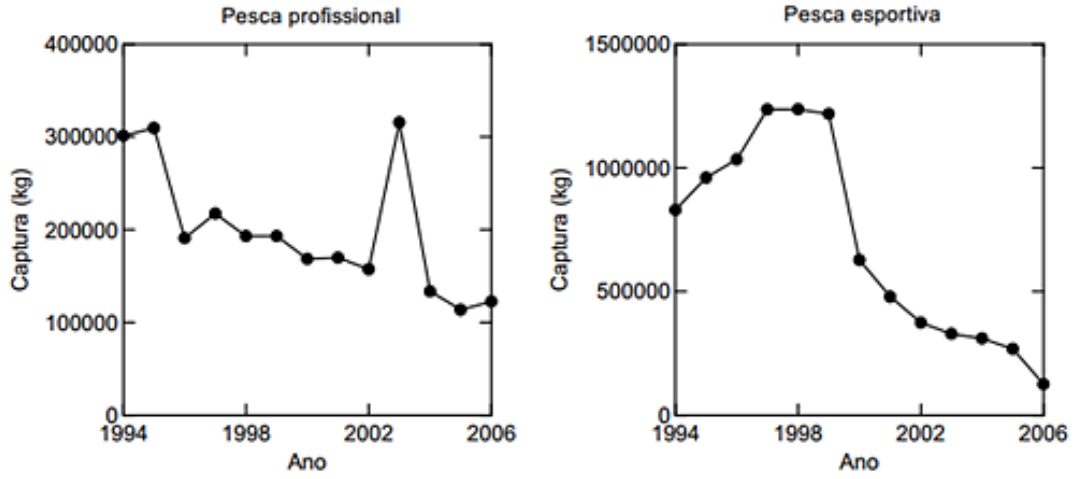

Figura 1. Captura anual da pesca profissional (a partir de “pescado capturado”) e esportiva registrada no período de 1994 a 2006, SCPESCA/MS.

Fonte. CATELLA e ALBUQUERQUE (2010).

Observa-se na figura 1 a queda acentuada do volume de pescado na modalidade de pesca esportiva. Acrescendo-se para análise a figura 2 tem-se:

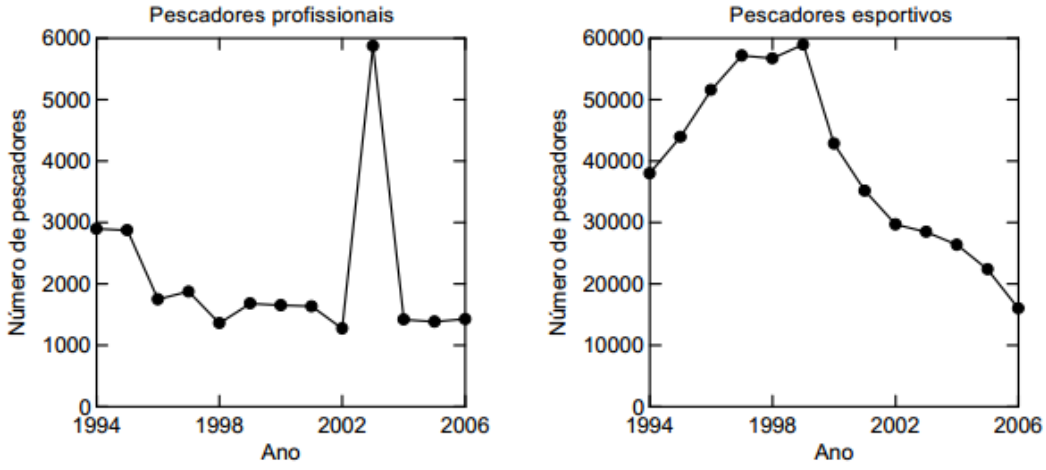

Figura 2. Número anual de pescadores profissionais e esportivos registrados no período de 1994 a 2006, SCPESCA/MS.

Fonte. CATELLA e ALBUQUERQUE (2010).

Observa-se que entre 2000 e 2001 há brusca queda na pesca esportiva (turística), que se acentua ano a ano[5] até atingir o número de pouco mais de 16.000 pescadores fato atribuído segundo CATELLA *et al.* (2007) à redução da permissão de captura de dois exemplares por pescador, nessa categoria enquanto a cota nacional era de 10 quilos mais um exemplar.

Houve na época a tentativa de se estabelecer moratória para a pesca artesanal em função da preocupação com os estoques naturais de peixe, ação essa que não encontrou eco na sociedade e nem nos órgãos públicos gestores (CATELLA e ALBUQUERQUE, 2010).

Fase VI – a partir de 2007 – Retomada

A partir de 2007 o SCPESCA/MS retomou suas atividades paralisadas no período anterior e a cota retornou ao mesmo patamar nacional, ou seja, 10 quilos mais um exemplar.

Nesse mesmo ano CATELLA (2007) relata que o Decreto nº 12.274 estabelece comissão que teria o intuito de analisar e propor alternativas para a regulamentação da exploração dos recursos pesqueiros. No entanto, há de se observar através da série histórica que o ápice da pesca turística ocorreu no estado em 1999 com aproximadamente 60 mil pescadores credenciados.

A mais recente série de informações – 2013 – apresenta a pesca esportiva ou amadora com 50,5% do total de pescado contra 49,5% da pesca profissional, com um volume auferido de 168 toneladas e 165,1 toneladas respectivamente. É importante observar a série histórica ora apresentada para que se delimite em número a pesca associada ao turismo no estado.

[5] O ano de 2003 representou, segundo CATELLA e ALBUQUERQUE (2007), um momento atípico, "[...] em razão do aumento expressivo dos registros dos pequenos desembarques, que foram sub amostrados anteriormente.

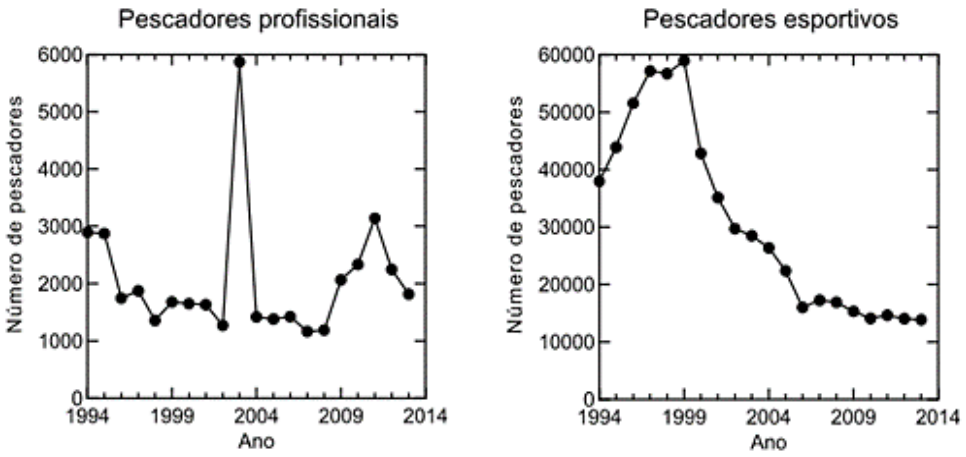

Figura 3. Número anual de pescadores registrados no período de 1994 a 2013, na Bacia do Alto Paraguai, MS, SCPESCA/MS.
Fonte. CATELLA *et al.* (2014)

Historicamente, Corumbá e o Pantanal são as localidades de maior fluxo de turismo associado à pesca representando quase metade de tudo que é pescado no estado Porto Murtinho, Taquarussu e Miranda são outros polos receptores desse tipo de atividade (CATELLA *et al.,* 2014).

Através da série apresentada é possível observar que o turismo de pesca viveu seu apogeu entre 1994 e 1999 com números a 50.000 pescadores. Porém houve forte queda a partir de 2000 estabilizando-se em patamares inferiores a 20.000 pescadores a partir de 2006 até 2015.

Segunda Fase: Turismo de natureza

Se por um lado Corumbá e o Pantanal foram e ainda são os maiores receptores de turistas baseado na pesca e as portas de entrada do turismo no estado, Bonito e a região da Serra da Bodoquena apresentam-se juntamente com o próprio Pantanal os precursores do turismo pautado na natureza.

GARMS (2004, p.7) ressalta que o "[...] Pantanal Sul-mato-grossense vem assumindo, desde os fins da década de 70, importância como espaço que está sendo organizado e consumido pelo lazer, através do turismo". Tal apontamento reforça sua importância nas fases do turismo no estado.

Na segunda fase do turismo é importante realizar o posicionamento a respeito do que se entende como ecoturismo, desenvolvimento regional e sustentabilidade para entendimento das discussões vindouras.

O ecoturismo representa uma dessas áreas figurando como uma das vertentes que permitem o planejamento, operacionalização, desenvolvimento e estabelecimento do turismo pautado em bases sustentáveis.

Uma das definições mais propagadas é a da MICT/MMA que define ecoturismo como um segmento da

> [...] atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (MICT/MMA, 1994, p.17).

Por sua vez a Organização Mundial do Turismo (OMT), em Quebec no Canadá, o definiu em 2002, durante o encontro que celebrava o "Ano Internacional do Ecoturismo" como todas as formas de turismo em que

> [...] a motivação principal do turista é a observação e apreciação da natureza, de forma a contribuir para a sua preservação e minimizar os impactos negativos no meio ambiente natural e sociocultural onde se desenvolve (OMT, 2002, s/n,).

São três os princípios básicos que caracterizam o ecoturismo:

> [...] desenvolvimento sustentável, educação ambiental e envolvimento das comunidades locais. O conceito inova, associando valores éticos ao comportamento do turista, ligados à sustentabilidade do local visitado e ao aspecto educacional (OLIVEIRA *et al.*, 2010, p.8).

A definição apresenta estreita relação com o desenvolvimento regional ao compartilhar elementos comuns.

Entende-se desenvolvimento regional como as políticas de natureza pública que envolvem as dimensões econômicas, sociais e ambientais no centro de suas discussões, análises e planejamento de ações voltada para o desenvolvimento harmonioso de determinada região ao longo de certo período de tempo (CARVALHO, 2014).

BUARQUE (2002) discorre que o desenvolvimento regional figura como resultado direto do poder de estruturação e mobilidade dos atores envolvidos, em prol da competitividade considerando os contextos cujas as transformações apresentam-se como rápidas e profundas. Aponta-se, que é importante observar o seguinte raciocínio:

> Existe uma percepção errada de que a conservação da natureza e o desenvolvimento econômico são processos antagônicos. O dilema “preservar ou progredir” é um erro porque avalia os processos apenas em curto prazo, em um sistema de produção e consumo excessivos, em que o progresso econômico depende da degradação ambiental (SABINO *et al.,* 2012, p.16).

Dois outros conceitos se fazem importantes para a discussão posterior. São eles turismo de aventura e turismo de natureza.

O turismo de aventura tem ligação direta com algum nível de esforço físico e divide-se em dois tipos: aventura extrema ou radical tal como escalada, montanhismo, *rafting* entre outros e as atividades moderadas, como canoagem, boiacross, trilhas, passeios de bicicleta, barco, balão ou similares.

Por sua vez, turismo de natureza, é toda atividade que coloque o homem em contato com os elementos naturais, independente de seus objetivos, ou seja, são menos relevantes seus impulsionadores e seu processo de tomada de decisão em favor do tipo de contato não massificado. O ecoturismo, o turismo rural e o de aventura entre outros estão inseridos nesse conceito maior.

Desse modo, a diferença fundamental entre as atividades de ecoturismo e de turismo de natureza é que no primeiro, questões ligadas a sustentabilidade e impacto sobre o espaço são preocupações latentes além do que no segundo caso a preservação, conservação, valores educacionais dos patrimônios culturais e naturais, materiais ou imateriais, que são preocupações do ecoturista, não se apresentam necessariamente como relevantes para o turista de aventura, ou rural por exemplo, o que caracterizaria as ofertas de Mato Grosso do Sul não somente com o mote do ecologicamente correto, mas de turismo pautado na natureza.

WEARING e NEIL (2001) destacam que o turismo desenvolvido sob bases sustentáveis traz em seu cerne algumas condições básicas tais como: participação da população local nas atividades, limitações em termos de capacidade de carga dos atrativos, adaptação dos recursos turísticos à utilização de equipamentos e do aproveitamento da infraestrutura. Os autores ainda pontuam que de qualquer forma

> [...] a obtenção e manutenção de um desenvolvimento sustentável, baseado na atividade turística e eco turística, só poderá ser resultado da ação conjunta de todos os agentes interessados no desenvolvimento municipal: o setor público, o setor privado e toda a comunidade local (WEARING e NEIL, 2001, p.30).

O desenvolvimento a qualquer custo ao longo da história demonstra o elevado preço que países e gerações tem pago ou deverão pagar pelo usufruto desmedido via subtração dos ambientes naturais de todo e qualquer recurso para o bem-estar humano. Observa-se que:

> [...] Uma empresa que vive da exploração dos recursos naturais não pode ter apenas o fluxo de caixa positivo como meta. Não é possível manter uma visão simplista e reducionista da atividade de exploração dos recursos naturais. O lucro puro e simples (direito privado) nunca pode suplantar os

> limites da Natureza e os princípios e a ética conservacionista (direito público) (SABINO, ANDRADE, 2003, p.6).

O ecoturismo praticado no Brasil ainda é embrionário, pautado quanto à sua viabilidade basicamente pelo cunho mercadológico em detrimento das necessidades sociais envolvendo o entorno e os elementos ligados ao ambiente. Mato Grosso do Sul não é exceção a essa realidade.

Ressalta-se que a palavra ecoturismo possuí apelo comercial especialmente fora do país. Contudo, boa parte dos atrativos do estado figuram em outras categorias (BRASIL, 2010b). Para usar a bandeira apregoada em veículos de comunicação oficiais, revistas especializadas e outros meios físicos e virtuais de comunicação, tratar-se-á nesse momento a segunda fase como sendo a do ecoturismo, todavia com ressalvas.

Passando especificamente para a segunda fase do turismo, RIZZO (2010) destaca que entre as décadas de 1970 e 1980 a vocação turística do estado residia na pesca e não no ecoturismo. Nos anos 1980 eram apenas 2 atrativos que motivavam a visitação à região de Bonito e Serra da Bodoquena. Atualmente a região possui aproximadamente 223 atrativos, predominantemente nos segmentos de turismo pautado na natureza.

MARIA e MARIANI (2007) relatam que os recursos naturais de Bonito, até a década de 1970, eram utilizados quase que exclusivamente para o lazer da população. Já na década seguinte a atividade turística permanecia modesta, sofrendo discreto aumento de visitantes atraídos pela comunicação individual. Não existia ainda a exploração turística. Apesar dos autores referirem-se à cidade de Bonito, a realidade dos demais locais era similar.

GARMS (2004) descreve que o primeiro programa para a região de Corumbá vinculado ao turismo foi o “Safári à brasileira: pesca esportiva e caça fotográfica no Pantanal”. O deslocamento era realizado via aérea de São Paulo a Corumbá.

A infraestrutura viária se apresentava precária na década de 1970, segundo relata MARIANI (2000), pois a BR 262 não era asfaltada o que colocava Mato Grosso do Sul em desvantagem frente a localidades como São

Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, que possuíam melhor estruturação de sua malha viária e aeroportuária.

A rodovia foi pavimentada na década de 1980 e a região experimentou crescimento pautado no turismo de pesca e nos demais tipos de visitação vinculados a natureza, nesse momento em menor volume. MARIANI (2000) destaca que nessa época houve considerável ampliação da estrutura de recepção ao turista como a melhoria geral dos meios de hospedagem.

Um dos primeiros atos públicos em prol do Turismo no estado remonta a 27 de setembro de 1981 com a criação do Parque Nacional do Pantanal e da Reserva Mundial da Biosfera. A década de 1980 ainda seria marcada pela atratividade exercida pela novela Pantanal, que foi ao ar pela primeira vez em 1989 e depois reapresentada em 2008. MARIANI (2000, p.27) descreve que “o mito produzido, num cenário previamente escolhido e preparado, foi projetado nas telas para o interior das residências, gerando, ao mesmo tempo, a vontade de conhecer e viver o que estava sendo mostrado”.

É relevante mencionar que a situação política e econômica do país, na década de 1980, era delicada. Havia a hiperinflação, o mercado nacional era fechado à concorrência estrangeira, índices elevados de desemprego, crescimento estagnado e profundos problemas de natureza social, além de congelamento de salários que relegaram o turismo a segundo plano na ordem de importância da maioria dos brasileiros.

A década seguinte apresentou cenário econômico diferente com a estabilização da economia em função do Plano Real. Com o tempo, o poder aquisitivo melhorou. O Real (moeda) em diversos momentos apresentou relevante valorização em relação ao dólar americano.

Nesse contexto, a região de fronteira com o Paraguai e também a Bolívia passaram a receber turistas motivados primária ou secundariamente pela compra e, nesse sentido, tanto a região de Ponta Porã quanto Corumbá tornaram-se importantes zonas de comércio aliado a simples compra ou atrelada ao interesse turístico.

BEHR (2001) relata que na década de 1990 o turismo experimentou expressivo aumento, especialmente após a veiculação em cadeia nacional de reportagem no programa Globo Repórter, retratando a Gruta do Lago Azul.

Bonito assume a dianteira da nova fase turística no estado ao lançar em 1993 o primeiro curso de formação de Guias de Turismo, e na sequência, a Lei Municipal nº 689 de 1995 que tornava obrigatório o acompanhamento de turistas por esse tipo de profissional nos atrativos locais. Tais ações auxiliaram fixar bases para a relação do homem com o meio ambiente e principiar o fortalecimento dessa relação (RIZZO, 2010).

MARIANI (2000) complementa destacando que o crescimento da atividade turística na cidade de Bonito se dinamizou a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990. Nesse período, começou a receber visitantes de outras localidades fora do âmbito regional, sendo inegável o fato de que o Pantanal e Bonito representaram os primórdios das atividades de turismo estruturado sendo seus legítimos representantes.

Um conjunto de atos da gestão pública marcaram tentativa de estruturação do turismo no estado a partir dos anos 1990. Em 1992 foi criada a Comissão Especial para definição do programa de utilização e implementação da Estrada - Parque (Decreto Nº 6.394) e, em 1993, o Decreto nº 7.122 considerou Estradas Parques trechos de rodovias estaduais da região do Pantanal.

Em 1999 o Decreto nº 442 institui o Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável –PDTUR além da criação do Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari (Decreto nº 9.662).

A Lei Estadual nº 2.135, de 14 de agosto de 2000 instituiu à época a Política para o Desenvolvimento do Ecoturismo do Estado de Mato Grosso do Sul e pode ser considerada um dos primeiros atos efetivos do poder público com foco nessa modalidade de turismo de modo organizado.

Nesse mesmo período estudos do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PDTUR de 2001, segundo MARIANI (2002), categorizaram os atrativos do estado como:

a) 40% advindos da categoria Naturais e Ecológicos;

b) 28% inseridos na categoria Folclore;

c) 16% distribuídos na categoria Histórico-Culturais;

d) 10% encontram-se na categoria Eventos Programados; e

e) 6% distribuídos na categoria Realizações Técnicas, Científicas e Contemporâneas

No ano 2000 houve a instituição da Política para o Desenvolvimento do Ecoturismo (Lei n° 2.135), além do reconhecimento do Pantanal como Patrimônio de Reserva Natural da Humanidade, pela UNESCO.

Por fim, o contexto apresentado leva ao entendimento da dinâmica ocorrida no estado que levou o turismo ao atual estado em que se encontra.

Análise de Dados

Na busca pela expansão do turismo três rotas projetadas pelos órgãos de fomento público do estado:

I. Rota Pantanal – Bonito: representa a principal rota de promoção, comercialização e informacional, apresenta 12 roteiros compreendendo Campo Grande, Bonito e o Pantanal.

II. Rota Ecoturismo Pantanal – Iguaçu: também conhecida como Rota Foz do Iguaçu – Bonito – Pantanal compreende o roteiro Campo Grande, Corumbá, Bonito findando em Foz do Iguaçu.

III. Rota Travessia do Pantanal: essa terceira rota compreende o Pantanal, e inclui tantos atrativos e infraestrutura do Mato Grosso do Sul quanto de Mato Grosso, focados na permanência do turista na região do Pantanal.

Como segue:

Figura 4. Descrição das rotas turísticas de Mato Grosso do Sul.
Fonte. FUNDTUR (2010).

Destaca-se que as rotas da figura 4 não existem de modo efetivo, seja pela ausência de sinalização ao longo do estado, seja por falta de ações públicas, seja pelo desconhecimento até mesmo nas localidades que seriam locais de passagem ou ponto final de atividade turística, ou seja, não há no estado uma rota turística estruturada nem em meio físico, nem em meio virtual, salvo a figura 4 que se encontra no site da Fundação do Turismo do estado.

Continuando a apresentação dos dados, aponta-se que, se forem aliados os números projetados por exemplo, para Campo Grande e região e também do Polo da Serra da Bodoquena tem-se o seguinte panorama:

Ano	Fluxo de Turistas
1996	35.547
1997	47.463
1998	48.427
1999	62.121
2000	58.651
2001	59.356
2002	72.276
2003	76.284
2004	74.240
2005	73.177
2006	70.151
2007	65.079
2008	56.668
2009	88.846
2010	92.055
2011	100.441
2012	109.591
2013	119.575
2014	130.468
2015	142.354

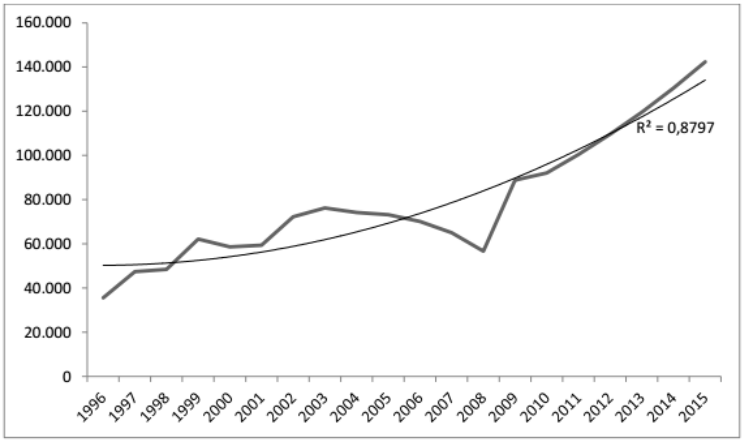

Figura 5. Fluxo de turistas consolidado de 1996 a 2009 e projetado de 2010 a 2014.
Fonte. SEPROTUR/MS (2012).

Seguido pela constatação do fluxo de visitação turística ao Polo Serra da Bodoquena até 2009 e a projeção a partir de 2010 até 2015 como segue:

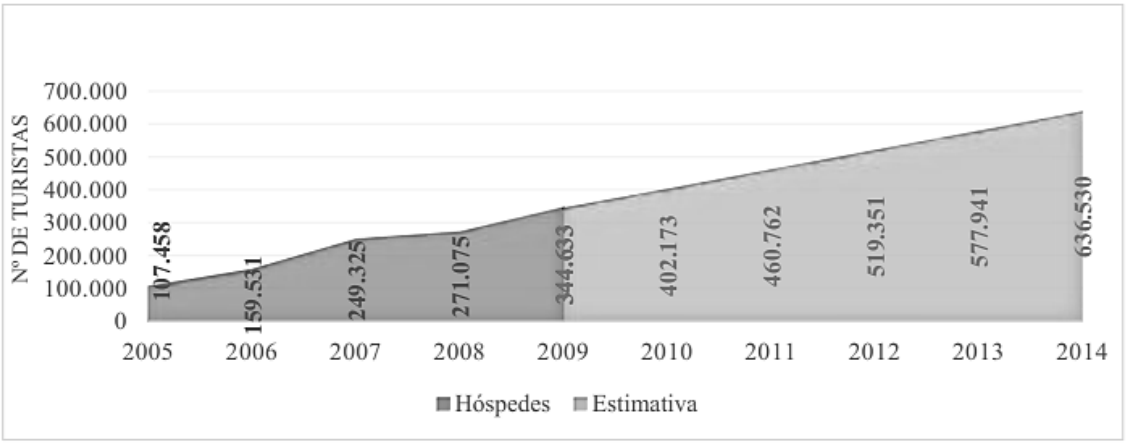

Figura 6. Projeção futura do fluxo de turistas no Polo Serra da Bodoquena (2010 a 2015).

Fonte. FUNDTUR (2010).

A partir das figuras 5 e 6, tem-se panorama mais amplo da ordenação do turismo no estado. Na figura 5 é possível observar o número de turistas e na figura 6 sua permanência nas localidades turísticas.

A análise histórica permite inferir que, sem os devidos reguladores, a tendência humana é exaurir os recursos das localidades, considerando o crescente volume de visitação e uso dos espaços ao longo dos anos. Fato esse comprovado, através da iniciativa privada de atrair turistas e a ação pública de restringir o volume de pescado, por exemplo. Aponta-se que a ação de restringir o volume de pescado alterou a lógica do fluxo turístico.

Na primeira fase do turismo no estado observa-se a massificação da oferta especialmente na região de Corumbá, Miranda, Aquidauana e até mesmo Porto Murtinho e demais localidades. A nova fase do turismo vinculado à natureza capitaneado por Bonito e a Serra da Bodoquena além do Pantanal experimentou a especialização da oferta e as restrições impostas por exemplo, pelo limite de carga dos atrativos.

A existência de limite de carga para as atividades ligadas à natureza nos atrativos compele o trade[6] turístico a manter-se encerrado nas demarcações legais e naturais aceitáveis, ou seja, as atividades vinculadas a natureza no estado, não se caracterizam como turismo de massa e portanto, tem na

[6] Trade é o conjunto de agentes, operadores, hoteleiros e demais prestadores de serviços turísticos. Trata-se de palavra inglesa que, nesse contexto, pode ser traduzida por “negócios” (BRASIL, 2007).

singularidade de seus atrativos os limitadores que por sua natureza, tornam-se seus maiores atrativos, é exemplo, a limitação de visitantes por atrativo vincula o espaço ao conceito de exclusividade em detrimento da massificação.

Todavia, observa-se que essa análise se pauta na lógica do ideal, não significando necessariamente que a massificação não se faça presente. Frisa-se que sob determinadas condições ela subjaz sob patamares teoricamente controláveis.

O primeiro período do turismo no estado determinado pela pesca atraia um tipo específico de turista que vinha pela pesca e podia acabar consumindo história, culinária, dança, prostituição e outros elementos da localidade e de seu entorno, com a alteração do foco para o turismo de natureza a migração dos interesses moldaram-se ao novo público. O relato do turista exemplifica

> [...] eu vinha antigamente aqui na Ilha do Padre. Se você comparar com hoje você não diz que é o mesmo lugar de tanto que melhoraram. Vai lá naquela flutuação do Barra do Sucuri e você vê como a estrutura tá melhor também. Hoje tem hotel por todo lado aqui em Bonito (Turista paulista visitando Bonito, 2015).

A diminuição do fluxo de visitantes de Corumbá e região deixou marcas observáveis, tais como, diminuição da oferta de artesanato, desinvestimento na hotelaria e alimentação, redução do número de embarcações ou mesmo passeios de barco entre diversos outros ramos de atividade que sofrem com a alteração do fluxo turístico. Tal afirmativa encontra eco no discurso do morador de Corumbá que representa a atual realidade do local

> [...] dava gosto isso aqui antes. Era gente para todo lado. O pescador vinha aqui e ficava brigando para conseguir um quarto, conseguir isca. [...] Parecia um formigueiro. Era tanta gente que eu pensava que nunca ia acabar [...] com o tempo foi escasseando e

> as coisas foram ficando sem manutenção. (Francisco, morador de Corumbá, MS).

Contudo, é preciso destacar que a cidade e região ainda recebem turistas para a pesca e também para diversas festividades, como o Carnaval de Corumbá, contudo, destaca-se que o fluxo hoje é substancialmente menor do que em tempos anteriores.

Em contrapartida, Bonito e o Pantanal, tem recebido investimentos receptivos periodicamente. A oferta hoteleira, de alimentos e bebidas, de artesanato, de atrativos montados como por exemplo, passeios de moto, focagem noturna e similares apontam para a expressão econômica da atividade, que no afã de explorar comercialmente eleva preços, aumenta a oferta, refina ou adapta peças artesanais para fomentar a venda e chega a situações de ofertar por exemplo, pedrarias finas, máscaras africanas, najas e alces, além de figuras do rock como típicos daquela localidade.

Figura 7. Exemplo de oferta e benefícios baseado na atividade turística.

Ao se percorrer o estado, é possível, observar que os espaços e ofertas de artesanato, meios de hospedagem, alimentos e bebidas, estradas entre outros facilitadores públicos e privados, tem-se apresentado nos espaços em que o turismo se encontra em desenvolvimento. Nas demais localidades, tal benefício não se apresenta no mesmo patamar.

Chama-se a atenção para o fato de que os dois tipos de oferta turística – pesca e natureza – sobressaem-se em Mato Grosso do Sul, além de vertentes como o turismo de negócios, de estudo, musical, gastronômico, religioso entre outras ofertas em menor grau, o que levou a inferência de que as alterações provocadas pela natureza da oferta turística alteram não somente o volume de

organizações que passam ou deixam de atender os turistas, mas também a natureza da composição dessa oferta.

Observa-se que em Porto Murtinho a natureza da oferta hoteleira até 2010, aproximadamente, era característica do turismo de pesca que difere substancialmente do tipo de oferta atual por exemplo, em Bonito que também tinha – e ainda tem – unidades habitacionais voltadas para esse público, porém diversificou-se para atender visitantes de outras categorias, tais como mochileiros, famílias.

O próprio Pantanal oferta já a algum tempo unidades habitacionais voltadas, especialmente ao turista de natureza, que vem a localidade para ter um dia típico da fazenda e dormir em redes após uma sessão de viola em frente a uma fogueira, e o mesmo local, recebe alunos de graduação para um passeio a cavalo, focagem noturna e degustação da culinária local.

Considerações Finais

O objetivo primeiro desse estudo foi descrever as origens e a expansão do turismo em Mato Grosso do Sul, apresentando as bases do nascimento, ampliação, organização e a crise do turismo de pesca em um primeiro momento para, logo em seguida, apresentar as mesmas bases do turismo de aventura que se desenvolveu especialmente a partir da região de Bonito e Serra da Bodoquena além do Pantanal.

O Estado foi fundamental para desencadeamento tanto do crescimento da pesca em um primeiro momento em que deu apoio estrutura, como em outro momento tomou a decisão de estabelecer limites para controle da ação do homem sobre o meio ambiente.

ALMEIDA (2002) destaca que em 1974 houve uma grande enchente no Pantanal, que causou prejuízos e isolou a região, nesse contexto a atividade turística passou a ser observada como alternativa para criação de novas fontes de renda para a região.

> As entidades e empresas públicas responsáveis pelo turismo no país e no estado do Mato Grosso do Sul iniciaram uma campanha para incentivar o turismo na região, contando com uma mídia favorável ao turismo, que

> colaborava com a divulgação das belezas naturais do Pantanal. [...] Em 1977 surgem as primeiras empresas interessadas em explorar o turismo comercialmente e, consequentemente, passam a surgir pacotes turísticos [...] (ALMEIDA, 2002, p. 38).

Exemplifica-se que o homem mediano não percebe que ao retirar mais peixes do que deveria aliado com a mesma ação de outros homens gera desequilíbrio nos espaços aquáticos, provocando impactos sobre a qualidade do ar, da água, dos espaços de passagem, sobre outros seres do meio ambiente. Desse modo o papel do estado como regulador apresenta-se como importante como modo de evitar ou mitigar a ação antrópica sobre os espaços em que se insere.

Um segundo ponto que necessita ser contextualizado, diz respeito ao fomento do turismo no estado, vendido especialmente a partir da cidade de Bonito pelo governo municipal e pela iniciativa privada como ecoturismo. As bases da comunicação com o mercado na tentativa de atração de visitantes trazem a importante e vendável bandeira do turismo de base ambiental.

Tal preceito não se mostra real considerando que a região da Serra da Bodoquena, Bonito e o Pantanal tem atividades focadas no turismo rural, de aventura e uma porção menor de atrativos organizados sob bases ecológicas.

Desse modo, o turista, com escassos conhecimentos sobre o real sentido do turismo baseado em pilares sustentáveis, passa a fazer parte de conjunto massificado de pessoas viajam para fruição, que vem justamente na contramão dos preceitos de preservação, ao gerar fortes impactos negativos sobre os espaços.

Ilustra-se esse ponto, através de observação *in loco* em visitação a uma das bases de estudo no Pantanal sul-mato-grossense por turistas em grupos ou mesmo a permanência em fazendas pantaneiras para hospedagem geram lixo, uso de recursos como água, cavalgadas em espaços antes preservados, uso de animais silvestres como atrativo, descartes no espaço natural de matérias primas como garrafas plásticas, papeis, restos de alimentos ou ainda impactos sonoros e visuais que em nada lembram a relação harmônica entre o

homem e o ambiente, ao contrário, a relação é de prazer para o turista e lucro para os exploradores de espaços naturais.

Apesar do refinado conjunto de leis e regramentos que buscou a preservação, sob a forma da lei, de recursos naturais pesqueiros abundantes observa-se que essa ação não veio acompanhada de um conjunto evolutivo de outros regramentos que dessem conta da ação antrópica em volume necessário e suficiente para evitar o desgaste dos recursos naturais.

Decorre desse ponto que, nas localidades em que a atividade turística instala-se, a tênue relação entre turismo e preservação apresenta-se de modo explícito, e as ações de manutenção dos espaços, sejam por parte do poder público, da iniciativa privada ou mesmo partindo da consciência dos usuários individuais ou coletivos pode, na maioria dos casos ser considerada pueril ou mesmo pensada para a individualidade.

Não raro, observa-se, que o imediatismo impera em detrimento da real necessidade de preservação e manutenção dos espaços, que ao receberem o turista, deixam de ser naturais em sua essência, e passam a ser localidades *teatralizadas* ou *cenarizadas* que servem a diversos propósitos, entre os mais comuns, o elemento econômico destaca-se.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, S. P.; CAMPOS, F. L. de R.; CATELLA, A. C. Sistema de Controle de Pesca de Mato Grosso do Sul – SCPESCA/MS 9-2002. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**. Corumbá: Embrapa Pantanal; Campo Grande: SEMA-IMAP, 2003.

ALMEIDA, N. P. **Segmentação do turismo no pantanal sul-mato-grossense**. 2002. 143pf. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco.

BARROS, S. M.; LA PENHA, D. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.45.p.

BELTRÃO, O. D. **Turismo: a indústria do século 21**. Osasco: Novo Século, 2001. 126p.

BERH, M. F. **Serra da Bodoquena: história, cultura, natureza**. Campo Grande: Free, 2001. 152p.

BRASIL. **Plano De Desenvolvimento Do APL de Turismo e Artesanato De Bonito – Serra Da Bodoquena**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas. Campo Grande: Sebrae, 2010, 50p.

BUARQUE, S. J. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável: Metodologia de Planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 177p.

CARVALHO, O. **Desenvolvimento regional: um problema político**. Campina Grande: EDUEPB, 2014. 333p.

CATELLA, A. **A pesca no Pantanal de Mato Grosso do Sul, Brasil: descrição, nível de exploração e manejo (1994– 1999).** 2001. 377f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Faculdade de Ciências Biológicas, Universidade do Amazonas, Manaus.

CATELLA, A. C. Reflexões sobre a pesca esportiva no Pantanal Sul: crise e perspectivas. **Pesca Esportiva**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 30-33, 2004.

CATELLA, A. C.; PIOVEZAN, U.; MARIANI, M. Turismo cultural de pesca: uma nova experiência no Pantanal. In: XVII Encontro Brasileiro de Ictiologia. 1, 2007, Itajaí. **Resumo...** Itajaí: Sociedade Brasileira de Ictiologia, 2007, p.472-472.

CATELLA, A. C. Pesca e Recursos Pesqueiros do Pantanal: Ecologia, Estatística e Gestão. In: Semana do Engenheiro de Pesca, 13, 2007, Recife. **Anais...** Recife: EDUFRPE, 2007, p.1-6.

CATELLA, A. C.; ALBUQUERQUE, S. P. Sistema de Controle de Pesca de Mato Grosso do Sul – SCPESCA/MS 10-2003. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2007. 56 p.

CATELLA, A. C.; ALBUQUERQUE, S. P. Sistema de Controle de Pesca de Mato Grosso do Sul – SCPESCA/MS 13-2006. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2010. 51p.

CATELLA, A. C.; ALBUQUERQUE, S. P.; CAMPOS, F. L. de R.; SANTOS, D. C. Sistema de Controle de Pesca de Mato Grosso do Sul – SCPESCA/MS 20-2013. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2014. 58p.

DIAMOND, J. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Rio de Janeiro: Record, 2005. 348p.

EMBRATUR. **Anuário Estatístico de Turismo**. Brasília. v.36, 2009. Disponível em: <www.turismo.gov.br/dados_fatos>. Acesso em: 21 de abril de 2015.

FUNDTUR – FUNDAÇÃO DE TURISMO DO MATO GROSSO DO SUL. **Artesanato das Regiões.** Campo Grande/MS, 2015. Disponível em: <http://www.turismo.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=4633&show=2010>. Acesso em: 05 de junho de 2015.

FUNDTUR – FUNDAÇÃO DO TURISMO DO MATO GROSSO DO SUL. **Sistema de Informações e Estatísticas**. Indicadores básicos do Turismo, Campo Grande: Fundtur, 2010. 17p.

GANEM, R. S. **Políticas de conservação da biodiversidade e conectividade entre remanescentes de Cerrado**. 2007. 427f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

GARMS, A. Pantanal: O Mito e a Realidade. In. IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal, 4, 2004, Corumbá. **Anais...** Corumbá: Embrapa Pantanal, 2004. p.23-37.

MARIA, F. S.; MARIANI, M. A. P. Ecoturismo e desenvolvimento local: estudo de caso da reserva ecológica Baía Bonita, Bonito, MS, Brasil. In: XV Encontro sul-mato-grossense de Geógrafos, 15, 2007, Corumbá. **Anais...** Corumbá: UFMS, 2007. p.1–15.

MARIANI, M. A. P. **Geografia e turismo no paraíso das águas: o caso de Bonito**. 2000. 256f.Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARIANI, M. A. P. Percepção dos turistas e moradores do município de Bonito: o lugar, os sujeitos e o turismo. **Turismo: visão e ação**, Itajaí, v. 4, n. 11, p. 33–46, 2002.

OLIVEIRA, A. C. L.; MATHEUS, F. S.; SANTOS, R. P.; BRESSAN, T. V. **Ecoturismo. Cadernos de Educação Ambiental**. São Paulo: SMA, 2010. 85p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **Declaração de Ecoturismo de Quebec**. 2002. Disponível em: <http://www.gdrc.org/uem/eco-tour/quebec-declaration.pdf>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2016.

RIZZO, M. R. **Encontros e desencontros do turismo com a sustentabilidade: um estudo do município de Bonito – Mato Grosso do Sul.** 2010. 256f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente.

SABINO, J.; ANDRADE, L. P. Uso e conservação da Ictiofauna no ecoturismo da região de Bonito, Mato Grosso do Sul: o mito da sustentabilidade ecológica no Rio Baía Bonita (aquário natural de bonito). **Biota Neotropica,** São Paulo**,** v. 3, n. 2, p. 1-9, 2003. Disponível em <http://www.biotaneotropica.org.br/v3n2 /pt/abstract?point-of-view+BN00403022 003>. Acesso em: 08 de abril de 2016.

SABINO, J.; ANDRADE, L. P.; BESSA, E. Ecoturismo: valorizar a natureza para gerar negócios sustentáveis e renda. In: SABINO, J. (organizador). **Ecoturismo nas trilhas da Biodiversidade Brasileira**. Campo Grande: Natureza em Foco, 2012. p. 13-24.

SEPROTUR/MS – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Campo Grande e Região – PDITS CG.** Campo Grande, MS Janeiro, 2012.

SILVA, M. V. **Mitos e verdades sobre a pesca no Pantanal Sul-mato-grossense**. Campo Grande: FIPLAN.MS, 1986. 146p.

WEARING, S.; NEIL J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. São Paulo: Manole, 2001. 256p.

Artigo II

Turismo como criador de mercado para o artesanato em Mato Grosso do Sul

Fábio Luciano Violin

Resumo

Este artigo tem por objeto o turismo enquanto instrumento de produção de mercado para o artesanato sul-mato-grossense. O objetivo visou analisar a relação entre a atividade turística e o artesanato em Mato Grosso do Sul. Para que o objetivo fosse atingido foram realizados registros fotográficos, observações *in loco* e entrevistas semiestruturadas com lojistas e comerciários de estabelecimentos que comercializam artesanato no estado, bem como com turistas e moradores das localidades. Os resultados evidenciam uma relação indissociável entre o turismo e o artesanato, pois o primeiro produz mercado para este. Contudo, o tripé do desenvolvimento sustentável – economia, ambiente e sociedade – não é referência para as empresas que vendem peças artesanais aos turistas. Elas se resumem a ver o comércio como fonte exclusiva de lucro.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional, Meio Ambiente, Comércio de artesanato.

Abstract

This article has tourism as a market instrument of production for the South Mato Grosso handicrafts by object. The objective aimed at analyzing the relationship between tourism and handicrafts in Mato Grosso do Sul. So that the objective was reached were made photographic records, on-site observations and semi-structured interviews with tenants and commerce establishments that sell crafts in the state, as well as tourists and residents of localities. The results show an inseparable relationship between tourism and handicrafts, as the first market for this produce. However, the tripod of sustainable development - economy, environment and society - is no reference to companies that sell handicrafts to tourists. They boil down to see trade as the exclusive source of profit.

Keywords: Regional Development, Environment, Tourism, Handicraft.

Introdução

O turismo organizado é uma forma de acesso à fruição e representa um dos meios mais populares de lazer. Por sua natureza, a atividade turística vale-se da estrutura primária e secundária do trade[7] turístico para concretizar o desejo de usufruir dos benefícios do lazer.

Entende-se a estrutura primária como as atividades fim do turismo, ou seja, o destino em si, o usufruto propriamente dito, e a estrutura secundária, como elementos de apoio a exemplo de estradas, postos de combustíveis, postos de alimentação, locais para compra de acessórios de pesca e todo sortimento de ofertas que sirvam de apoio ao objetivo central do turista.

A partir do momento que o homem passa a deslocar-se em busca do prazer pessoal, conhecimento, melhoria da saúde, fins esportivos, sintonia com a fé, com a natureza, com a aventura, com os negócios, com a história ou cultura entre outras possibilidades, o turismo passa a ser item de análise.

As expressões destacadas pelo artesanato passam a integrar a realidade dos locais em que se inserem com ou sem o fenômeno da atividade turística. Porém, quando a mesma ocorre, o artesanato, integra-se de modo indissociável ao turismo (BRASIL, 2010b).

Em Mato Grosso do Sul a estruturação do turismo desde a década de 1970 apresentou alterações em sua essência, passando do turismo de pesca, nas décadas de 1980 e 1990 para o turismo de natureza a partir da década de 2000, focado em Bonito, Serra da Bodoquena e Pantanal.

Nesse contexto, o objetivo do estudo foi analisar o turismo como criador de mercado para o artesanato em Mato Grosso do Sul, tendo como ponto de partida o entendimento de que a atividade artesanal tem estreita ligação com o fluxo de visitação gerado pela atividade turística.

Nesse contexto emerge o questionamento: o turismo influenciou em que grau a atividade de comercialização do artesanato em Mato Grosso do Sul?

Procedimentos Metodológicos

O público alvo da pesquisa centrou-se nas organizações que comercializam artesanato ligado ao turismo, das 81 organizações identificadas

[7] Trade é o conjunto de agentes, operadores, hoteleiros e demais prestadores de serviços turísticos. Trata-se de palavra inglesa que, nesse contexto, pode ser traduzida por “negócios” (BRASIL, 2007).

foi possível realizar 53 entrevistas, cobrindo todo o estado. Adicionalmente entrevistou-se 108 moradores e 127 turistas. Os instrumentos utilizados foram, entrevistas semiestruturadas, observações *in* loco e registros fotográficos realizados ao longo das localidades turísticas e os corredores de acesso como modo de sistematização e caracterização da oferta de artesanato. As fotografias apresentadas pertencem ao autor da pesquisa.

Antes desses procedimentos, a pesquisa estruturou-se através de fontes secundárias de informações, através de, livros e artigos científicos, como MARIA e MARIANI (2007); ALVES (2012); PELLEGRINI (2011); ALVES (2014).

Teses, dissertações, livros e artigos científicos de natureza regional a exemplo de MARIANI (2000); CATELLA (2001); BERH (2001); GARMS (2004); ALMEIDA (2007); RIZZO (2010) auxiliaram na caracterização tanto do turismo quanto do artesanato no estado. Documentos como BRASIL (2007), BRASIL (2010a); BRASIL (2010b); BRASIL (2014) e FUNDTUR (2014) auxiliaram a estruturar as bases do estudo.

Desse modo, destaca-se que a natureza qualitativa da pesquisa se evidencia pelos instrumentos e formas de análise realizadas.

Turismo em Mato Grosso do Sul

O estado apresenta duas fases distintas em seu processo de estruturação da atividade turística. A primeira, relacionada à pesca, teve Corumbá e o Pantanal como representantes até seu apogeu na década de 1990 e a segunda fase ligada ao meio natural, apresentou a ascensão de Bonito e a Serra da Bodoquena além do próprio Pantanal a partir da década de 1990.

A infraestrutura do estado para recepção do turista apresentava-se precária na década de 1970, segundo relata MARIANI (2000), pois a BR 262 não era asfaltada o que colocava o estado em desvantagem, considerando que São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul possuíam melhor estruturação inclusive de sua malha viária.

A atividade turística principiada com a pesca, teve seu primeiro hotel para esse público inaugurado em 1972 no distrito de Albuquerque. Em 1974 e 1975, através de seu proprietário junto aos meios de comunicação, passou-se a divulgar a região como local de turismo de pesca esportiva (RIZZO,2010).

Segundo GARMS (2004) o primeiro programa para a região de Corumbá ligado ao turismo foi o “Safári à brasileira: pesca esportiva e caça fotográfica no Pantanal” em 1977. Contudo, a dificuldade de aceso do turista era elevado e boa parte do deslocamento era realizado via aérea de São Paulo até Corumbá.

Em 1978 as comemorações do bicentenário de Corumbá e os respectivos esforços de divulgação aliados ao evento anteriormente nominado, estimularam o fluxo turístico de pesca na região. A partir desses eventos a estrutura básica de recepção e apoio ao turística ganharam melhorias ao longo da década seguinte, ampliando a oferta aos turistas, especialmente no setor de meios de hospedagem (MARIA e MARIANI, 2007; RIZZO, 2010).

Uma parte das rodovias foi pavimenta na década de 1980 e a região experimenta crescimento no turismo de pesca. Entretanto, os demais tipos de visitação recebem visitantes ainda que em menor grau. Destaca-se que nessa época houve considerável ampliação da estrutura de recepção ao turista tal como melhoria nos meios de hospedagem (RIZZO, 2010).

A situação política e econômica do país na década de 1980 era delicada, havia a hiperinflação, mercado fechado à concorrência estrangeira, índices elevados de desemprego, crescimento estagnado e profundos problemas de natureza social, além de congelamento de salários que relegaram o turismo a segundo plano. Mato Grosso do Sul não foi exceção.

Em 1981, Corumbá ligou-se à capital através da BR 262. A partir da pavimentação, em 1986, o fluxo do turismo de pesca intensificou-se (MARIANI e GONÇALVES, 2001).

Em 1986, CATELLA (2001) descreve que o turismo no Brasil cresceu 25% e o Pantanal recebeu volume de visitantes recorde, que gerou improvisações para recepção desse visitante até meados de 1987.

A espiral inflacionária principiada em 1988 arrefeceu a visitação por conta da queda do poder aquisitivo. Nova queda do fluxo turístico ocorreu em 1990 com o confisco da poupança e o momento econômico delicado principiado pelo Plano Collor, que perdurou até 1992.

MARIA e MARIANI (2007) relatam que os recursos naturais de Bonito, até a década de 1970, serviam para o lazer da população. Já na década seguinte, a atividade turística permanecia modesta sofrendo discreto aumento de visitantes, que se deslocavam baseados em informações de familiares,

amigos e/ou conhecidos. Até então a região não era explorada comercialmente. Apesar do *lócus* do relato centrar-se na cidade de Bonito, a realidade dos demais locais naquele momento era similar.

Nos anos 1980, eram apenas dois atrativos que motivavam a visitação à região de Bonito e Serra da Bodoquena. Atualmente a região possui aproximadamente 223 atrativos turísticos, predominantemente no segmento de turismo ligado a natureza. Ressalta-se que o "ecoturismo" possuí apelo comercial especialmente fora do país. Apesar disso, boa parte dos atrativos figuram em outras categorias (BRASIL, 2010b).

A década seguinte – 1990 – apresentou cenário econômico distinto com a estabilização da economia em função do Plano Real. O Real (moeda) em diversos momentos apresentou relevante valorização em relação ao dólar americano. Nesse contexto as regiões de fronteira com o Paraguai e também da Bolívia passaram a receber turistas motivados primária ou secundariamente pela compra. Nesse sentido tanto as regiões de Ponta Porã quanto de Corumbá tornaram-se importantes zonas de comércio aliadas a simples compra ou atrelada ao interesse turístico.

BERH (2001) relata que na década de 1990 o turismo de natureza experimentou expressivo aumento especialmente após a veiculação em cadeia nacional de reportagem no programa Globo Repórter retratando a Gruta do Lago Azul. Bonito assume a dianteira da nova fase no estado ao lançar em 1993, o primeiro curso de formação de Guias de Turismo e, na sequência, a Lei Municipal nº 689 de 1995, que tornava obrigatório o acompanhamento de turistas por esse tipo de profissional nos atrativos locais.

Tais ações auxiliaram a estabelecer uma nova relação do homem com seu espaço, a partir desse período, e principiar o fortalecimento da ligação da região ao conceito de turismo em ambiente natural.

MARIANI (2000) complementa destacando que o crescimento da atividade turística na cidade de Bonito dinamizou-se a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990. Nesse período, começou a receber visitantes de outras regiões do país. É notório o fato de que Bonito e seu entorno representem os primórdios das atividades de turismo em ambiente natural de modo estruturado e ainda sejam seus mais legítimos representantes.

A partir de 2003 até 2008, a valorização do Real frente ao Dólar atuou em favor de viagens internacionais e a crise financeira estabelecida dificultou o acesso ao crédito, fato que afetou negativamente a demanda turística na região. Esse fato reduziu substancialmente o número de visitantes à região de Bonito e à Serra da Bodoquena.

Por fim, salienta-se que ambas as formas de turismo – pesca e natureza – apresentam-se na atualidade, contudo, o turismo de natureza capitaneado por Bonito, Pantanal e a Serra da Bodoquena recebem o maior volume de visitantes quando comparado ao turismo de pesca, capitaneado por Corumbá, Aquidauana, Miranda entre outros.

Artesanato – Apontamentos Introdutórios

Tentar reconstruir um tempo ou conceito pode ser tão inócuo quanto preservar uma peça desvinculada de sua história, pois as circunstâncias que fomentaram seu surgimento, como artigo de prazer ou utilidade deixaram de existir, nesse sentido o homem e o meio ambiente configuram-se como fundamentos indissociáveis no contexto temporal e absolutamente ligado à lógica de valoração de um determinado local, matéria prima, tradição, conceito ou ainda artigo elemento de natureza cultural.

É vital conceituar o que se concebe como artesanato. Para tanto aciona-se o postulado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior através da Portaria de 29 de 5 de outubro de 2010, a qual entre outros elementos define que artesanato é toda a produção resultada da

> [...] transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (possui valor simbólico e identidade cultural), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios (BRASIL, 2010a, p. 100).

Considerando a esfera econômica de análise e por consequência sua decorrente relação com o meio ambiente pode-se indicar que as peças antes

consideradas artesanais em sua essência e carregadas do caráter valorativo de uso no trabalho diário ou como elemento de lazer do artesão passaram a ser manufaturadas com reduzido custo de tempo, dinheiro e esforço minimizado na produção, o que permitiu a ascensão das vendas de produtos dessa natureza. Tal advento leva ao destaque realizado por ALVES (2012) o qual relata que o artesanato vem

> [...] perdendo suas articulações no conjunto das práticas sociais às quais estavam associadas primordialmente. Tornaram-se mercadorias e colocaram-se à disposição da população em geral e de turistas em postos de comercialização. Desvinculadas das necessidades sociais que estavam na origem das demandas culturais de antanho, passaram a atender, exclusivamente, à sede dos consumidores que veem nelas, quase tão somente, a sua função decorativa (ALVES, 2012, p. 165).

A preocupação centra-se nas possíveis caracterizações do artesanato, não exclusivamente da matéria-prima que o compõem, mas em face do contexto ambiental, social e cultural cujo equilíbrio seria dado pelo tripé renda, significação histórica e valores de uso (RAMO, 2013).

Nesse sentido, entender o que vem a ser cultura passa, segundo ALVES (2009), pela impossibilidade de deixar de entender a cultura, nas suas vinculações com o modo de produção, o que implica a consideração tanto dos produtos culturais quanto dos processos que os produziram além de sua estreita ligação com a natureza, de onde o artesão extrai ou processa suas peças.

ALVES (2009, p.58), frisa que é, “o modo de produção, que deve ser entendido como produção do homem de certo modo, é, também, o modo de produção da cultura”. Observa-se casos em que o objeto está indissociavelmente ligado ao meio ambiente e carregado de significações, seja através da peça em si, do que a compõe, da representação de um momento ou de uma junção de fatores que a torna única e imbuída de significados.

Mesmo que as peças venham a ser executadas com o auxílio de algum instrumento ou maquinário específico, a habilidade manual e a matéria prima que a compõem é o que imprimem as características únicas, o que reflete, em última instância, a personalidade do artesão e do objeto produzido, de um grupo ou localidade bem como sua relação direta com o meio ambiente, seu contexto social além do cultural do local do qual emerge.

Seria raso afirmar que o que se entende como popular seria algo produzido necessariamente pelas classes sociais de menor renda e que do mesmo modo figuraria como algo estanque e fadado a replicação do passado. CANCLINI (2012) defende que o popular apresenta caráter daquilo que é construído e não do preexistente, ou seja, no espaço de construção do popular está o sujeito artesão e os objetos como fundamento indissociável do processo promovido na relação entre o homem, sua história e o meio ambiente. CAMPOS (2012) discorre que uma peça artesanal representa uma memória ou

> [...] um símbolo que se materializa pelas mãos dos artesãos em uma peça. Utilitária ou não, esta peça carrega algo daquilo que precisa ser dito e mostrado, remete a uma situação peculiar, faz uma ponte entre o singular e o social, encurta distâncias (CAMPOS *et al.*, 2012, p. 242).

Antes, o artesão era a pessoa que possuía o conhecimento e a habilidade de realizar todas as etapas de confecção de uma peça, e em geral extraia matéria prima da natureza, tal lógica sistematicamente foi sendo substituída pelo interesse no acúmulo da riqueza, na contratação de auxiliares, investimento em maquinaria, alteração de processos para aceleração do produto, tornando-o fruto de processo estritamente manufatureiro e seriado quando o econômico entrou em cena (BANDUCCI e BARRETTO, 2001).

Não são raros os casos de extração inadequada de matéria prima, apresentando ruptura entre homem e natureza, como exemplo, aponta-se a viola de cocho, conforme destacado em BRASIL (2014), ao especificar quer as cordas eram confeccionadas com tripas de animais como macaco, quati e ouriço e a forma de colagem se dava a partir da bexiga natatória de peixes.

Considerando-se o exposto, ALVES (2012) descreve três modalidades de artesanato: ancestral, espontâneo e induzido considerando a organização técnica do trabalho artesanal bem como as razões envolvidas em suas origens.

De modo sucinto o artesanato ancestral abrange tanto grupos indígenas quanto sociais articulados de modo precário encerrado do contexto capitalista, possuindo caráter coletivo e tendo suas atividades de execução geralmente vinculadas ao modo de operação das gerações anteriores. Possuí íntima ligação com a terra e com o espaço onde é produzido. ALVES (2014) expõe que as produções cerâmicas das etnias Kadiwéu, Kinikinau e Terena são representantes desse tipo de artesanato em Mato Grosso do Sul.

ALVES (2012) expõe que, o artesanato espontâneo tem caráter individual geralmente ligado a atividades anteriores que possibilitaram ao artesão ter domínio teórico-prático para a execução de peças ornamentais e que em essência exerciam a princípio tal atividade como modo de expressão pessoal que podem ou não ganhar características identicamente econômica, porém, não deixa de apresentar apuro técnico e forte ligação entre o artesão e o objeto produzido, enfatiza-se complementarmente que nessa modalidade a interdependência ao ambiente natural é algo existente.

ALVES (2014) referindo-se ao catálogo Centro Referencial de Artesanato de Mato Grosso do Sul que são representantes desse tipo de artesanato Antônio Ricci, Araci Marques Vendramini, entre outros, originalmente ligados a atividades econômicas associadas às suas atividades e direcionados ao artesanato tão somente como necessidade pessoal de lazer.

E, o artesanato induzido, tem notadamente no econômico um de seus pilares, propagado como forma de melhoria da condição financeira de grupos alvo em geral de organizações filantrópicas ou mesmo em fins lucrativos. Ainda ALVES (2014) infere que podem ser representantes desse tipo de artesanato, por exemplo, Elizabeth Antunes, Fanai Catarina Martins dos Santos, Indiana Marques entre outros. Nesses termos ainda destaca associações como as de Rio Brilhante, Caarapó e Rio Verde. O autor alerta que:

> As exigências do mercado são o Norte para o artesão pensar e aperfeiçoar os seus produtos. Resistência e aparência das peças artesanais, produção com certa

> escala, a dedicação exclusiva do artesão à sua atividade, prêmios, feiras e rodas de negócio quebram com a visão do artesanato como fonte de lazer e de complementação de renda (ALVES, 2012, p. 164).

Não são raras as menções ao “artesanato turístico” representado pelos objetos adequados ao comportamento de compra dos turistas, ou seja, objetos montados exclusivamente para atender a relação de compra e venda com foco econômico. Tal peça serve exclusivamente como adorno não sendo incomum sua execução em escala industrial.

Artesanato em Mato Grosso do Sul

O artesanato traz em seu cerne a ligação com o meio ambiente encerrado em uma ligação que possa permitir a troca, o homem pode extrair elementos da natureza e cuidar do espaço, por exemplo, porém essa não é uma regra. Para exemplificar, essa discussão observe que a FUNDTUR (2010) destaca cinco grandes áreas de produção artesanal no estado, são elas:

Quadro 1. Distribuição e tipologia do artesanato em Mato Grosso do Sul

Campo Grande	Peças em cerâmica, cestaria e adornos. Associações e grupos familiares produzem o artesanato. O artesanato indígena se faz presente através dos Kadiwéu e Terena.
Pantanal	Peças de pedra, arenito, osso e chifre, cerâmica, palha, argila, madeira, buriti, caraguatá, granito, carandá, bambu e baguaçu.
Serra da Bodoquena	Principais matérias-primas são o osso bovino, couro e madeira além de cerâmica Kadiwéu.
Rota Norte	Artesanato Terra Cozida do Pantanal peças cerâmicas com temática da fauna, flora além do homem pantaneiro. A Arapeixe transforma couro de peixe em acessórios femininos.
Costa Leste	Gamelas em madeira; cerâmica artística; entalhe em madeira; cestaria em taboa, tecelagem, além de balaios e baús.

Fonte. FUNDTUR (2010).

Historicamente, a estrada de Ferro Noroeste do Brasil que partia de Bauru- SP com destino a Corumbá-MS auxiliou no desenvolvimento do estado nas primeiras décadas do século XX. O fluxo de pessoas e mercadorias facilitava o comércio e auxiliava no desenvolvimento das localidades por onde passava através da fixação de pessoas na região e identicamente pelo deslocamento de trabalhadores e turistas.

A estrada foi inaugurada em 1914 chegando até o Rio Paraguai e em Corumbá em 1952. Viveu seu apogeu no período de 1960 a 1980. Entre 1995 e 2009 funcionou apenas como transporte de cargas, todavia em 2010 foi reinaugurada uma linha turística saindo de Campo Grande passando por Aquidauana e chegando a Miranda (SANTOS, 2011).

A linha férrea foi propulsora do turismo e do artesanato no estado. Sua ascensão e derrocada foram importantes elementos vinculados as duas áreas pois, alterou a forma de entrega de peças artesanais indígenas nas localidades de fluxo turístico e a própria constituição de oferta desses materiais.

> [...] mudança territorial que tem facilitado o contato direto das artesãs com os comerciantes, por este motivo elas estão abastecendo o mercado com produtos cerâmicos por meio de venda direta aos comerciantes –nos seis estabelecimentos particulares pesquisados ocorre a venda direta, sem intermediários (KOMIYAMA, 2014, p.46)

Complementa-se a inferência com o apontamento que destaca que

> Em Mato Grosso do Sul, a Aldeia Cachoeirinha de Miranda tem relevância na produção de cerâmica Terena, pois mantém uma relação intensa de troca de mercadorias. Atualmente a produção visa atender ao mercado consumidor e muitas famílias estão envolvidas nesse processo (CHAVES, 2015, p.26).

As duas afirmações apontam para alterações geradas pelos novos tempos, ou seja, a forma de comercialização alterou-se com o tempo vindo a adaptar-se aos novos conceitos de consumo.

O artesanato do estado tem seu alicerce fundamentado em algumas bases distintas em função da região e da época. No livro Vozes do Artesanato organizado por PELLEGRINI (2011), pode-se observar as expressões coletivas como as peças indígenas sobretudo das etnias Terena, Kadiwéu e Quinidina.

PELLEGRINI (2011) ainda destaca que a apresentação de expressões do artesanato estadual como Conceição Freitas da Silva, a "Conceição dos Bugres" com seus bugrinhos de madeira que extrapolaram as fronteiras do estado desde a década de 1970, chegando a expor no Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo, Cuiabá entre outras localidades.

Júlio Cesar Rondam, que sem muito esforço dava forma a pássaros, cavalos, onças, pessoas, sendo considerado como um dos grandes Mestres Artesãos da Arte Popular. Virgulo o de Oliveira França, foi outra expressão do artesanato a extrapolar as fronteiras do próprio estado sem perder o foco de suas origens utilizando-se de poucas ferramentas cortantes para talhar madeira desde a década de 1960 (PELLEGRINI, 2011).

O volume artesãos é elevado, como Agripino Soares de Magalhães com suas violas de cocho, a Ana Vitorino da Silva com suas peças de madeira; Lorena D'ávila com suas indiazinhas de cabaça; Maria Cristina Orsi Casali do Amaral com suas bonecas entre outros de diversas gerações e fases afetados de modo direto ou indireto pelo Turismo[8].

O turismo sofreu alterações em sua natureza, passando da pesca para o turismo de natureza. Com essa, e outras alterações, a relação entre a atividade turística e o artesanato indiscutivelmente alteraram-se de modo substancial.

Análise dos Dados

O maior volume de empresas que comercializam peças artesanais encontra-se em Bonito, com número superior a 30 seguido por Campo Grande com aproximadamente 10 unidades. Corumbá, que outrora recebia

[8] A consulta a obra de Pellegrini (2011) permite ampliação das informações sobre os artistas destacados bem como, dezenas de outras figuras representativas do artesanato em Mato Grosso do Sul.

considerável fluxo de turistas nas décadas de 1980 e parte de 1990, tem como reflexo dessa baixa de visitação, número inferior a 5 empresas.

Miranda, que além de local de pesca representa importante ponto de passagem para o Pantanal, tem hoje, quatro organizações expressivas deste comércio, sendo uma delas de peças exclusivamente artesanais – Memorial da Cultura Terena – e outros que mesclam peças industrializadas com artesanais.

Figura 1. Vista interna do Memorial da Cultura Terena – Miranda, MS.

As peças indígenas são encontradas em diversas localidades no estado, especialmente onde existe fluxo de turistas, como Campo Grande, Bonito, Miranda Pantanal entre outros, a exemplo da figura 1. Chama a atenção o relato a respeito da transformação do modo como o indígena comercializa sua produção.

> Hoje, o índio não vai mais na praça ou na rua *pra* vender. Já tem um tempo que ele vai no comércio e negocia uma quantidade. Depois, arruma como levar (Índio Terena, Memorial da Cultura Terena, Miranda, 2016).

Em Campo Grande, pontos tradicionais de venda de artesanato como a Casa do Artesão e o Memorial da Cultura Indígena apresentam forte relação

com fundamentos sociais, ambientais e econômicos na sua oferta. O primeiro (figura 2), apresenta refinamento em termos de peças e fidelidade aos valores do artesanato, contudo, encontra-se a venda no local camisetas com animais do Pantanal, o que remete à ideia de que o econômico não pode ser desconsiderado como direcionador do artesanato. O segundo (figura 3), apresenta peças das etnias Terena, Kadiwéu, além de adornos Guarani.

Figura 2: Casa do Artesão, Campo Grande, MS.

Figura 3: Memorial da Cultura Indígena, Campo Grande, MS.

A observação *in loco* coincidiu com visitação de uma escola ao memorial. Infere-se que os colares e brincos eram os preferidos pelas visitantes do local. Chama-se atenção para o diálogo travado entre estudantes secundaristas e a responsável pelo Memorial da Cultura Indígena: Eu posso ver com a artesã se ela faz o brinco desse jeito que você quer" (Memorial da Cultura Indígena, Campo Grande, MS, 2015).

A frase da responsável evidencia que a oferta pode vir a ser montada em função da demanda. Especificamente os adornos Guarani, visam atender especialmente esse tipo de consumidora.

Figura 4. Adornos no Memorial da Cultura Indígena, Campo Grande, MS.

A loja Artesanato e Cia tem amplo conjunto de peças confeccionadas por artesãos associados a ARTMS e mantém oferta quase que em sua totalidade de peças realmente artesanais. Contudo, não necessariamente voltada para a temática do Pantanal, como por exemplo, a oferta de elefantes de madeira ou presépios e objetos de cunho sacro. A oferta inclui peças em gesso, madeira, cabaça, tecido, pinha, coco e material de demolição.

Figura 5. Vista parcial da loja Artesanato e Cia, Campo Grande, MS.

Uma frase da artesã que estava no momento cumprindo horário de atendimento no local chama atenção. Segundo ela, “tem um artesão aqui que fica olhando o que os outros fazem. Aquilo que dá certo ele vai lá e faz também” (Artesã, Campo Grande, MS, 2015).

Observa-se que a natureza artesanal existe, porém, dentro de uma oferta difusa e sem necessariamente um foco definido ou algum tipo de linha ou conceito central. A oferta é representada pelo conjunto dos esforços individuais e não uma criação coletiva característica como é por exemplo, a oferta de artesanato indígena. A figura 6 ilustra tal afirmação.

Figura 6. Vista parcial da oferta da loja Artesanato e Cia, Campo Grande, MS.

Já locais tradicionais como o Mercado Municipal e a própria Feira Indígena não mantiveram a essência do artesanato. No primeiro local existem 3 estandes que comercializam peças de madeira com temática de personagens do Pantanal. Porém, encontrou-se peças supostamente Marajoara e de madeira avermelhada, imãs de geladeira, camisetas e peças de plástico vendidas como legítimo artesanato sul-mato-grossense. A visão de um dos comerciantes revela tal apontamento, para ele “[...] o artesanato que mais vende aqui são as camisetas e os imãs” (Responsável por barraca no Mercado Municipal em Campo Grande, MS, 2015).

A frase ilustra o modo como o artesanato, naquela localidade, é visto, vendido e comprado, destacando que existe mais de um tipo de turista.

Na Feira Indígena, localizada ao lado do Mercado Municipal encontra-se à venda, na atualidade, frutas e verduras em contraposição a épocas anteriores em que o artesanato era um dos elementos constituintes do local. Segundo uma das índias que trabalham no local “[...] o índio não quer mais amassar

barro, ele quer ir para a faculdade, quer ter celular" (Trabalhadora na Feira Indígena, Campo Grande, 2015).

A frase contrapõe-se a realidade observada. O artesanato indígena, talvez esteja mais presente do que em qualquer outro momento de sua história nos locais turísticos do estado, e a frase do responsável por um desses postos de vendas ilustra tal lógica, quando ele diz o seguinte: "[...] eu coloco as peças (indígenas) no fundo da loja [...] o turista quando entra vai logo perguntando por elas" (Gerente do Posto Pioneiro, Miranda, MS, 2015).

A estratégia de colocar as peças no fundo da loja, ilustrada pela figura 7 tem a função de estimular o turista a percorrer todo o espaço sendo exposto a outras ofertas e ilustra sua importância.

Figura 7. Corredor e fundo da loja do Posto Pioneiro em Miranda, MS.

Após os balizadores iniciais a respeito da constituição da oferta nas principais localidades é preciso tecer considerações a respeito das vinculações entre o artesanato e o turismo.

A oferta principal de peças artesanais migrou de Corumbá e Campo Grande para Bonito em função da alteração do fluxo turístico especialmente a partir da década de 1990 e meados de 2000.

> [...] quando eu vim pra cá, não tinha quase nada. Os índios traziam umas peças e eu ia a Campo Grande, em Goiás, São Paulo buscar peças. Hoje chegam de caminhão. [...] a coisa mudou muito, as índias que vendiam na praça eu não vi mais, e quando eu pisquei, já tinha essa quantidade de

> lojas, [...] isso aconteceu nos últimos dez, doze anos (Comerciante de artesanato, Bonito, 2015).

Ao percorrer as cidades do estado pode-se notar que a atividade turística gera demanda para o artesanato, seja ele legítimo ou industrializado. Para comprovar tal afirmação infere-se que os destinos finais de turismo a exemplo de Bonito, Corumbá e Campo Grande, além de diversos locais de passagem tem na média a constituição de suas peças vendidas na proporção de 97% para turistas e apenas 3% para a população do local.

> [...] o pessoal da cidade não entra na loja, quem é daqui só compra alguma coisa para levar pra um parente ou um presente de última hora. A venda é quase que só para o turista. (Comerciante de artesanato, Campo Grande, 2015).

O comércio do artesanato se dá nas localidades de acesso ao atrativo turístico ou nos próprios locais. Mas, é preciso desvincular a produção artesanal de sua venda. Não necessariamente algo é vendido onde é produzido. Boa parte da produção artesanal se dá no entorno dos locais turísticos a exemplo de Bonito, Miranda, Campo Grande e Corumbá entre outras. A figura 8 ilustra tal inferência.

Figura 8. Artesanatos de distintos lugares vendidos em Bonito, MS.

Foi possível identificar que nas localidades turísticas aproximadamente quatro de cada dez peças são de artesãos do estado e nos corredores turísticos, oito de cada dez peças vem de outros estados. O relato do comerciante evidencia a forma de composição da oferta, que diz “[...] eu vendo o que o turista quer. Ele quer peça indígena, eu vendo, ele quer lembrancinha, eu vendo, ele quer camiseta, tem também” (Comerciante de artesanato, Miranda, MS, 2015).

As organizações que mantém em algum grau o tripé econômico, social e ambiental, realizam oferta de peças provenientes de artesãos da cidade, região ou mesmo do estado e representam uma em cada cinco empresas do ramo, as demais têm na esfera econômica seu direcionador.

Nas organizações de cunho exclusivamente econômico o preço de custo, acabamento visual das peças e o tamanho são itens relevantes para a composição da oferta, e o item mais importante para venda na média, são camisetas, pequenas peças e “lembrancinhas” que perfazem o maior volume das ofertas. A figura 9 ilustra o exposto.

Figura 9. Refinamento visual de peças vendidas em Bonito, MS.

Nas organizações alicerçadas pelo tripé social, econômico e ambiental, elementos como a origem e premissas do artesanato são vitais para a composição da oferta. Ambas as organizações têm como fundamentos relevantes o lucro. Todavia, no primeiro caso ele vem como elemento primário

e indissociável na composição da oferta. Chama-se atenção para as peças que aparecem na figura 10 que se apresentam como artesanato de fato.

Figura 10. Peças essencialmente artesanais em Bonito e Campo Grande/MS

Em décadas anteriores, especificamente de 1980 até 2000, as peças artesanais eram maiores e o acabamento melhor em função de processo possivelmente mais lapidado de confecção. A partir dos anos 2000 o tamanho diminuiu em função da dificuldade dos turistas transportarem essas peças e do fenômeno do *souvenir*, ou seja, a necessidade de comprar lembrancinhas para os parentes ou amigos estabeleceu-se.

Outra observação é que peças maiores são preteridas, pois as menores permitem melhor alocação na bagagem, especialmente para os que não tem determinado destino como final. Esse fenômeno aplica-se a diversas localidades e Mato Grosso do Sul não é exceção.

Figura 11. Peças de pequeno e grande porte, Bonito, MS.

No caso do turista estrangeiro a situação é delicada, pois, localidades como Bonito, Corumbá ou Campo Grande podem não ser o destino final, ou seja, podem figurar como passagem para outras localidades. A consequência é que existe impacto no que diz respeito ao volume das bagagens assim como a necessidade de comprar outras peças em outros destinos. A afirmativa encontra respaldo no relato do visitante estrangeiro que diz “[...] eu queria levar um monte de coisas, mas, ainda vamos para ...” (Turista alemão, Pantanal, 2015).

A influência do turismo sobre o artesanato ao longo dos anos tornou-se evidente, especialmente quando se encontra em local de referência em peças indígenas a oferta de filtros dos sonhos. Tal peça é típica dos indígenas norte-americanos, não brasileiros. A figura 12 ilustra o exposto.

Figura 12. Filtro dos sonhos e cobra Naja em Miranda/MS.

A mesma figura 12 apresenta uma cobra Naja originária da África e Sudoeste da Ásia. Esse fato demonstra o apelo comercial do artesanato em detrimento de fundamentos culturais, sociais e ambientais. Considerando a forma de extração da matéria prima principal, diversos outros locais apresentaram peças sem qualquer relação com o contexto do local ou mesmo do estado como elefantes, leões e figuras diversas vendidas como “Lembrança de Bonito ou Campo Grande”, por exemplo.

A grande oferta de peças e sua variedade demonstram que o elemento ambiental não figura como primordial, especialmente pelos tipos de materiais utilizados. Em grande escala encontra-se a madeira, gesso, argila, ferro e tintas industrializadas além de acabamentos derivados de máquinas profissionais.

Os aspectos ambientais e sociais da atividade artesanal não se apresentaram como condição compulsória para a aquisição das peças para venda nas empresas com foco econômico. É notório o fato de que o apelo visual, a diversidade de materiais e processos deixam margem para questionar inclusive a viabilidade da existência de certas peças como as montadas a partir de materiais ou processos industrializados.

Peças indígenas, de associações, embutidas de história e/ou identificadores regionais tendem a ser valorizadas pelos estrangeiros desde

que apresentem tamanho reduzido em função dos limitadores de tamanho da bagagem, como já exposto.

Figura 13. Peça de maior e de menor porte em uma loja de artesanato no Distrito de Nova Casa Verde, MS.

Já o turista nacional, tem preferência por peças decorativas de maior porte quando a compra é pessoal, contudo, é praticamente uma regra que o turista leve recordações das localidades pelas quais passou, sejam objetos legitimamente artesanais ou camisetas, chaveiros, peças com motivos de times de futebol ou araras de mdf pintadas e que servem para presentear. A visão do turista médio expressa-se do seguinte modo “[...] se eu voltar para casa sem lembrancinhas eu não vim [...] a camiseta fala que você foi a um lugar, sem que você mesmo fale” (Turistas de Minas Gerais, Pantanal, 2015).

Em locais onde o turismo é uma das principais fontes de renda o artesanato estabelece-se, como é o caso de Bonito. O artesanato indígena é um bom exemplo. Quando do ápice do fluxo de pessoas que se valiam para deslocar-se via estrada de ferro da Noroeste do Brasil que ligava Bauru a Corumbá o artesanato era transportado e vendido por seus próprios produtores em locais como Aquidauana, Miranda e a própria cidade de Corumbá.

Na atualidade, peças indígenas, especialmente Kadiwéu e Terena foram encontradas em localidades não usuais em períodos anteriores, tais como distrito de Casa Verde, Anhanduí, Dois Irmãos do Buriti e Nova Alvorado do Sul além de postos de parada o que demonstra que o fluxo turístico atrai a oferta artesanal, evidenciando mais uma vez a influência do turismo sobre o artesanato. A tradicional exposição e venda de peças pelas índias da etnia

Kadiwéu que ocorria na praça da Liberdade, mais conhecida como praça da Piraputanga em Bonito, não mais ocorre.

Encontra-se, em várias cidades e estabelecimentos peças indígenas, mas, salvo no Centro Referencial da Cultura Terena (Miranda) e no Memorial da Cultura Indígena (Campo Grande), o indígena não foi encontrado, durante o processo de observação e entrevista, em nenhum local comercializando diretamente suas peças como anteriormente ocorria em Bonito, Dourados e Campo Grande, por exemplo.

Quando o turismo não é a base central do desenvolvimento do local, como observa-se notadamente em Ponta Porã, Bataguassu, Três Lagoas, Dourados e dezenas de outras localidades, a oferta de peças artesanais, quando existe, apresenta-se difusa e com menor volume de associações ou grupos preocupados com a manutenção de elementos históricos, culturais ou representativos de uma época, local ou grupo.

Considerações Finais

Infere-se que o artesanato em suas várias acepções e desdobramentos, serve como importante parâmetro para compreensão da natureza, intensidade, tipos e formas concernentes à atividade turística. Chama-se atenção para o relato que descreve de modo amplo a relação do turista com o artesanato.

> [...] os turistas levam lembrancinhas para dizer que lembrou das pessoas, mas também como forma de dizer que ele teve uma experiência, agora tem aquele que entende o valor de uma peça artesanal (Comerciante de artesanato, Miranda, MS, 2015).

Um dos elementos notórios das observações *in loco* é o alto volume de peças industrializadas, como uma suposta cerâmica com motivos que lembram os Marajoara, animais do Pantanal de madeira Carandá, bustos de sinhazinhas, adornos de capim dourado, pedrarias, carrancas, miniaturas de peças feitas de material cobreado, peças de massa epóxi entre outros ilustram a grande inserção de itens fabricados em estados como Sergipe, Minas Gerais, Alagoas, Goiás, São Paulo, Paraná além de itens oriundos da China, Paraguai

e África. Essa situação não incomoda o turista mediano ou de hábitos massificados.

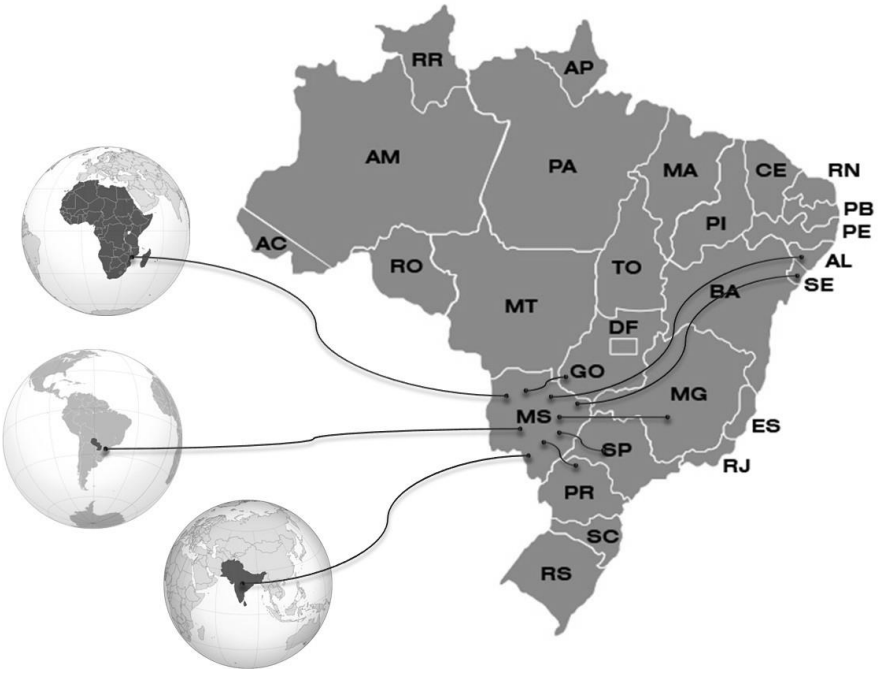

Figura 14. Origem das peças vendidas em Mato Grosso do Sul.

Os itens vendidos vão desde artesanato até peças industrializadas comercializadas como lembrancinhas em geral, essa última categoria possui preço unitário relativamente baixo e tamanho reduzido, as camisetas, são consideradas de fácil transporte e é considerado por muitos comerciantes como o item mais vendido em Campo Grande, distrito de Casa Verde e Bonito.

Figura 15. Peças compradas como lembrancinhas, Nova Casa Verde, MS.

A frase ilustra a percepção de boa parte dos turistas em relação ao artesanato, diz uma visitante nacional: “[...] preciso levar 17 lembrancinhas, se eu pagar muito caro fico sem dinheiro, então levo uma lembrancinha para cada um e todo mundo fica contente (Turista paranaense, Aquidauana, 2015).

Parte substancial do abastecimento de peças artesanais do estado é comercializado por empresas varejistas ou atacadistas. Em contrapartida, alguns artesãos transformaram sua oferta e buscam criar identidade para suas peças como algumas cadeiras e mesas com temas do Pantanal ou peças consagradas como as de Conceição dos Bugres ainda são encontradas e vendidas por até R$ 5.000,00. As peças similares hoje executadas por seu neto Mariano são encontradas a partir de R$ 80,00.

Figura 16. Peça atribuída a Conceição dos Bugres (esquerda) em Bonito, MS e a seu neto Mariano (direita) em Campo Grande, MS.

As peças de lojas com foco econômico tendem a ser padronizadas, massificadas e vendidas a preços comparativamente menores. As peças com valores do tripé já mencionado apresentam maior refinamento, preços mais elevados e encontrados em poucos locais, sendo seus representantes a Casa do Artesão e o Memorial da Cultura Indígena e a Artesanato e Cia em Campo Grande, Casa do Artesão em Aquidauana, Empório Olinda e Táboa em Bonito, o Centro Referencial da Cultura Terena em Miranda e de modo tímido, a Casa de Reza na aldeia Jaguapiru em Dourados.

Porém, a loja localizada no distrito de Casa Verde e o Posto Pioneiro, em Miranda, apresentam maior volume de peças (artesanais e industrializadas).

Diversas lojas apresentam ofertas mistas, ou seja, peças imbuídas dos conceitos artesanais e peças processadas de modo industrial. Ilustrativamente, encontra-se com facilidade o artesanato Kadiwéu e Terena, mesmo em lojas que comercializam peças massificadas.

O artesanato Kinikinau é pouco difundido no estado, ocorrendo em poucos locais em Bonito. Já o artesanato Guarani não se encontra difundido nos corredores e nem nos locais turísticos. Observa-se a ocorrência de alguns adornos como brincos, colares e pulseiras, além de arcos e flechas na própria aldeia Jaguapiru em Dourados e no Memorial da Cultura Indígena em Campo Grande. Os índios que vendiam essas peças, antigamente, na rodoviária e em seu entorno não foram encontrados durante a pesquisa.

CANAZILLES *et al.* (2015, p.1178) apontam que "[...] existe uma tensão sensível nas relações entre o artesão indígena e o comerciante quando se trata de discutir o valor das peças artesanais. Isso prejudica seu escoamento. E que a "[...] transformação do artesanato indígena em Mato Grosso do Sul tem sido sistemática, por força do mercado produzido pelo turismo. Dele advém o estímulo às inovações formais nos artefatos".

Como forma de estruturar o entendimento a respeito da relação entre a atividade turística e o artesanato elaborou-se os elementos pertencentes a figura 17. Destaca-se que as localidades em azul representam entradas para o estado e corredor de acesso a localidades turísticas, e salvo o distrito de Nova Porto XV não apresentam oferta relevante de artesanato relacionado ao turismo.

Jardim, Ponta Porã, Dourados, Maracaju, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul entre outras destacadas em rosa na figura 17, não apresentam comércio de artesanato pautado no turismo, salvo a aldeia Jaguapiru além das pequenas vilas no trecho entre Dourados e Campo Grande.

Apesar de importantes localidades de venda de artesanato, as cidades de Aquidauana, Corumbá, Campo Grande e Anhanduí em verde na figura 17, apresentaram redução na oferta artesanal. As duas primeiras em função da queda no número de turistas de pesca, a capital perdeu pontos desse tipo de

comércio em função da diversificação da oferta de outros tipos de produtos e Anhanduí por conta do número elevado de oferta anteriormente.

A última categoria, representada por Bonito, Miranda, Campo Grande, o Pantanal e o distrito de Casa Verde, destacadas pela cor amarela na figura 17, representam importantes localidades de venda de peças artesanais interligadas ao turismo. A capital apesar da redução do número de pontos comerciais ainda representa junto com Bonito localidades importantes da oferta do artesanato. Já as duas maiores lojas em termos de volume de peças encontram-se em Miranda e no distrito de Casa Verde. Por seu turno, o Pantanal apresenta pequeno volume peças artesanais em pontos de parada como a conveniência localizada próxima a base da UFMS, conhecida como Passo do Lontra.

O distrito de Casa Verde, é o único corredor com ponto relevante de oferta de artesanato, pois localiza-se estrategicamente como passagem do turista que vem do Sudeste do país, seguindo pela BR 262, sentido Campo Grande ou MS 376, sentido Dourados. As vendas da empresa apresentam-se de tal modo relevante que deixou sua atividade principal de churrascaria para comercializar artesanato, e junto com o Posto Pioneiro em Miranda formam as maiores organizações do gênero no estado.

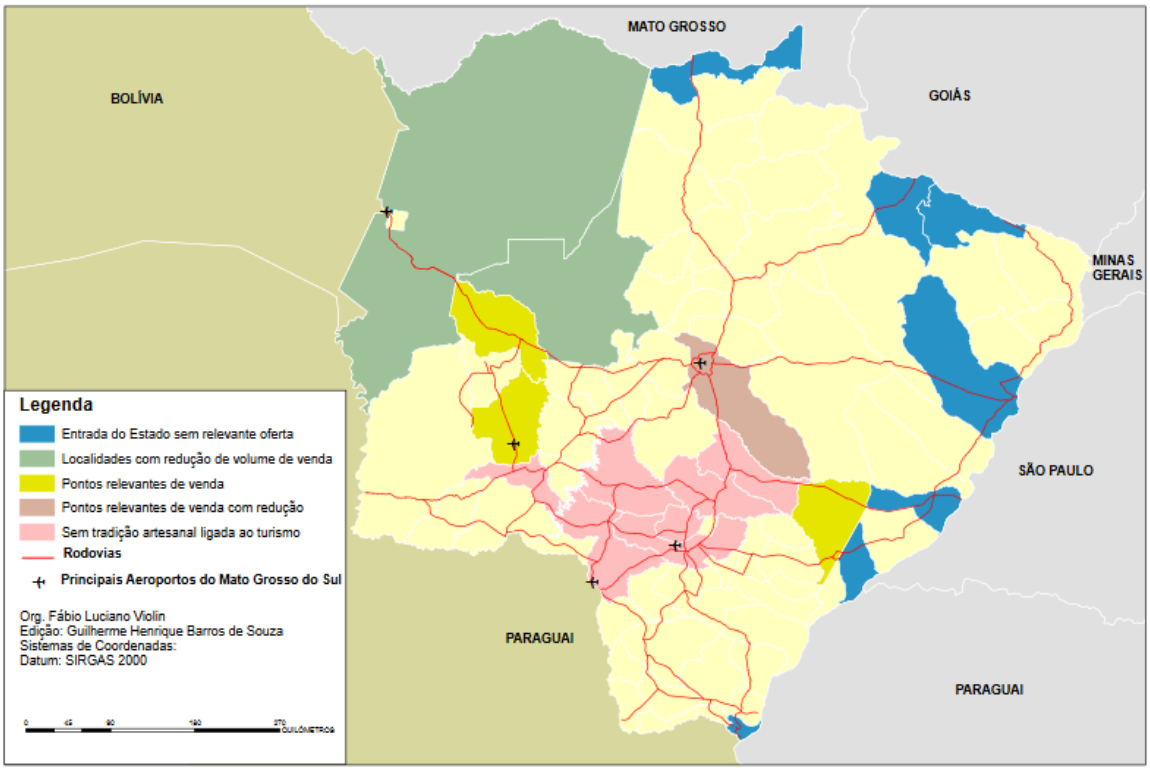

Figura 17. Turismo e Artesanato em Mato Grosso do Sul.

Mesmo peças tradicionais podem sofrer pressão para se alterar ao custo de serem suplantadas por objetos indicativos de visitação como, por exemplo, camisetas, apitos, elefantes, figuras do rock entre outros.

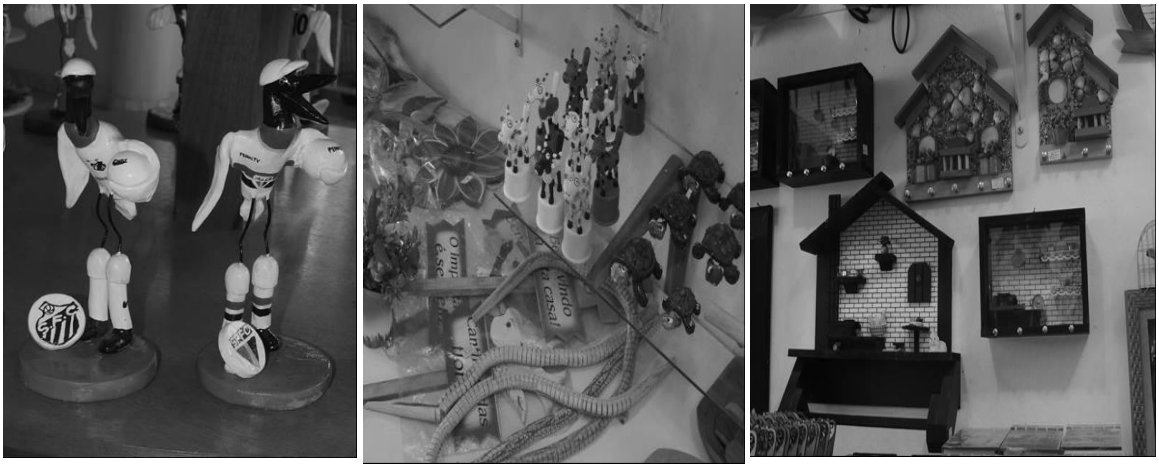

Figura 18. Peças vendidas como artesanato em locais turísticos, Miranda, MS.

O turismo existe pela força da organização humana e o artesanato, que, anteriormente, existia em muitos casos como forma de adaptação às condições de uma época, expressão de uma pessoa ou grupo ou gerado pela espontaneidade humana, nas últimas décadas, especificamente a partir do ano 2000, ganha expressiva caracterização financeira.

O turismo ao alterar os espaços em que se insere gera mercado para a atividade artesanal. Contudo, o mesmo turismo que gera renda mantém julgo financeiro forçando adaptações que sirvam ao “gosto do freguês”.

Infere-se que onde o turismo ocorre há potencialização do comércio de artesanato, porém, as peças vendidas sofrem, quase que via de regra, influência no afã de atender aos consumidores.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, N. P. **Segmentação do Turismo no Pantanal Brasileiro**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2007. 151p.

ALVES, G. L. O Artesanato na História. **Revista Eletrônica Documento Monumento**, Cuiabá, v. 7. n. 1, p. 163 –173, 2012.

ALVES, G. L. (Org.). **Educação no Campo: Recortes no Tempo e no espaço**. Campinas: Autores Associados, 2009. 305p.

ALVES, G. L. **Arte, artesanato e desenvolvimento regional: temas sul-mato-grossenses**. Campo Grande: UFMS, 2014. 103p.

BERH, M. F. **Serra da Bodoquena: história, cultura, natureza**. Campo Grande: Free, 2001. 152p.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio imaterial: fortalecendo o Sistema Nacional**. Brasília: IPHAN, 2014.174 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 Roteirização Turística**. Brasília, 2007. 51p.

BRASIL. **Plano De Desenvolvimento Do APL de Turismo e Artesanato De Bonito – Serra Da Bodoquena.** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, Campo Grande: Sebrae, 2010a.

BRASIL. Portaria nº 29, de 5 de outubro de 2010. Estabelece as bases conceituais do artesanato e da atividade artesanal. **Diário Oficial da União**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Brasília – DF, 6 de outubro de 2010b. Seção 1. p.100.

CANAZILLES, K.S.A; ALVES, G.L., MATIAS, R. Comercialização do artesanato Kinikinau na cidade ecoturística de Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural,** Espanha, v. 13, n. 5, p. 1171 – 1182, 2015.

CATELLA, A. **A pesca no Pantanal de Mato Grosso do Sul, Brasil: descrição, nível de exploração e manejo (1994– 1999)**. 2001, 377f.Tese

(Doutorado em Ciências Biológicas) – Faculdade de Ciências Biológicas, Universidade do Amazonas, Manaus.

CHAVES, F.A. **A produção da cerâmica Terena da aldeia Cachoeirinha em Miranda, MS**. 2015. 95f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional), Universidade Anhanguera–Uniderp, Campo Grande.

FUNDTUR. **Artesanato das Regiões.** Campo Grande/MS, 2014. Disponível em: <http://www.turismo.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=4633&show=2010**>.** Acesso em: 08 de out. d e 2015.

GARMS, A. Pantanal: O Mito e a Realidade. In. IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio–Econômicos do Pantanal, 4, 2004, Corumbá. **Anais...** Corumbá: Embrapa Pantanal, 2004. p. 23–37.

KOMIYAMA, C. B. P. **A Comercialização de Cerâmica Kadiwéu em Campo Grande (MS)**. 2014. 51f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional), Universidade Anhanguera–Uniderp, Campo Grande.

MARIA, F. S.; MARIANI, M. A. P. Ecoturismo e desenvolvimento local: estudo de caso da reserva ecológica Baía Bonita, Bonito, MS, Brasil. In: XV Encontro sul-mato-grossense de Geógrafos, 15, 2007, Corumbá. **Anais...** Corumbá: UFMS, 2007. p.1–15.

MARIANI, M. A. P.; GONÇALVES, H. C. Os impactos ambientais decorrentes das atividades turísticas no Pantanal sul-mato-grossense. In: LEMOS, A. I. G. (Org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 2001. p.79 – 84.

MARIANI, M. A. P. **Geografia e turismo no paraíso das águas: o caso de Bonito**. 2000. 256f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PELLEGRINI, F. (org.). **Vozes do Artesanato**. Campo Grande: FCMS, 2011. 237p.

RIZZO, M. R. **Encontros e desencontros do turismo com a sustentabilidade: um estudo do município de Bonito – Mato Grosso do Sul.** 2010, 256f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente.

SANTOS, M. C. L. F. **Patrimônio cultural no contexto territorial da Noroeste do Brasil – NOB: perspectivas de desenvolvimento local das comunidades estabelecidas na rota do trem do pantanal.** 2011.122f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

7. Conclusão Geral

Considerando a proposta do projeto, foi possível aferir relevante conjunto de relações entre o turismo e o artesanato em Mato Grosso do Sul. Destaca-se que o estado apesar de novo, comparado a outras localidades já sentiu os reflexos positivos e negativos da ação humana nas vertentes sociais, econômicas e ambientais.

Obviamente, esse conjunto de efeitos que serão destacados a seguir, refletem o percurso histórico vivenciado, que suscitou acontecimentos relevantes para a região e até mesmo para o estado quando o mesmo não havia passado pelo processo de separação.

Considerando a análise da relação entre o turismo e o artesanato, entendido que o primeiro influencia o segundo, foi possível nas visitas para observação captar elementos essenciais dessa relação.

O primeiro destaque fica por conta da indissociável relação econômica entre as duas áreas. Mesmo corporações que não tenham no pecuniário seu direcionador principal, as transações econômicas são vitais para alimentar o processo.

Do ponto de vista das organizações esse fato não chega a ser um problema considerando que ela recebe tanto artesãos individuais ou em grupos quanto empresas formalizadas tanto artesanais quanto industriais, como foi possível observar em mais de um momento dentro das localidades. O comerciante tem a seu dispor relevante gama de fornecedores e pode optar pelas peças mais atraentes comercialmente.

Ainda tratando desse aspecto, e como modo de reforçar a visão desse ponto, destaca-se que uma espécie de banco com pintura e pés que lembram animais do Pantanal foi encontrado em diversas regiões do estado. Essas peças são feitas por um único senhor de Campo Grande. Presume-se que ele as faça e distribuía em forma de consignação pelas lojas ao longo dos postos de comercialização, o que indica que o artesanato é influenciado pelo fluxo turístico, como ilustrado na figura 1.

Figura 1. Peças artesanais vendidas em diversas localidades de Mato Grosso do Sul.

A primeira peça, banco com temática de animal do Pantanal foi encontrado em Campo Grande, Bonito, Dois Irmãos do Buriti e Miranda. Já a onça em situações cotidianas foi encontrada em Campo Grande, Bonito, Miranda e Dois Irmãos do Buriti. Essas são peças que ilustram a atratividade do turismo sobre o artesanato. Porém, as peças mais encontradas no estado são as que seguem:

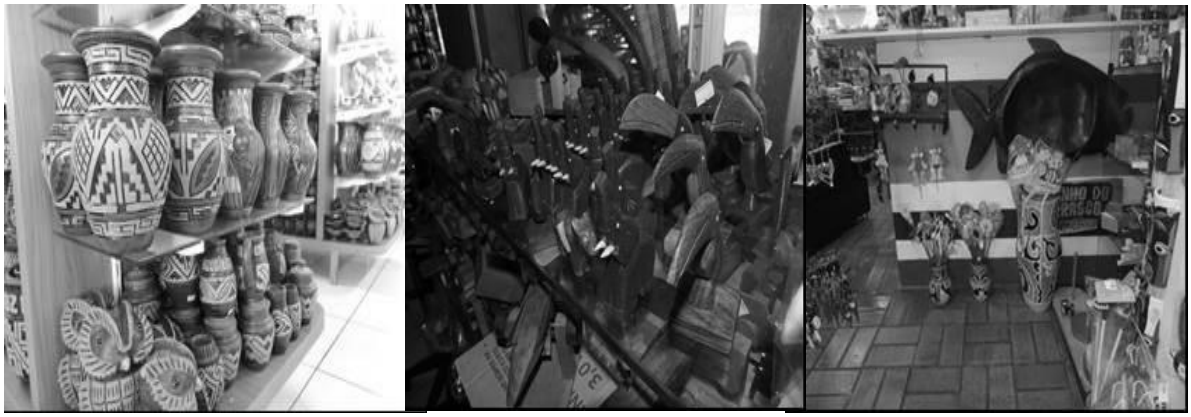

Figura 2. Peças encontradas em Bonito representativas da industrialização no estado

Da esquerda para a direita, supostas peças Marajoara encontradas desde Nova Casa Verde, Campo Grande, Bonito, Miranda, Dois Irmãos do Buriti, Aquidauana, Anhanduí além de diversos postos de combustíveis ou paradas nos corredores de acesso aos atrativos turísticos.

As peças com temas da fauna do estado (foto central) mas, também com animais de outros países como elefantes, girafas, camelos além de leões são encontrados em praticamente todos os locais de venda de artesanato no estado. A foto à direita na figura 2, representada por potes Kadiwéu são encontrados também em todos as cidades que possuem artesanato ligado ao fluxo de turistas.

Curiosamente, na foto 2, os vasos indígenas acomodam um conjunto de peças industrializadas, presentes nas mais variadas formas também ao longo da oferta de artesanato no estado.

No aspecto ambiental não foi encontrado nas localidades e nem mesmo em pesquisas a associações, governo e entidades de classe nenhum tipo de selo ou mesmo menção a genuinidade das peças ou mesmo certificação de seus processos.

Ainda na questão ambiental não é possível afirmar que as organizações com foco exclusivamente econômico tenham preocupação em fornecer peças embutidas dessa prerrogativa, o que se vê nessas localidades é mistura entre peças genuinamente artesanais e outras peças, como por exemplo, feitas de plástico ou mesmo resina ocupando espaços próximos nas prateleiras, como exemplificado na figura 3.

Figura 3. Peças industrializadas vendidas como artesanato em Mato Grosso do Sul.

O entendimento é que o comerciante, em geral, não questiona os processos e a origem das peças, ao contrário, observa seu apelo comercial, se

vier embutida de valoração regional, história ou outro valor, tanto o quanto melhor para ele que poderá cobrar mais pelo objeto.

Logo, as que tem o foco ambiental, social e econômico em algum grau, compõem sua oferta de artesanato pautada em elementos como originalidade, composição da peça, processo a que foi submetida e mesmo referência a localidade, como ilustrado na figura 4:

Figura 4. Peças artesanais embutidas de elementos culturais e ambientais, Campo Grande/MS.

Essas organizações representam pouco mais de 20% do número total de empresas do ramo no estado e sua oferta se mostra distintiva, porém, seus valores são mais elevados considerando a particularidade da oferta

A dimensão social da relação entre o turismo e o artesanato revela-se sob duas vertentes. A primeira, mostra-se positiva ao gerar a percepção de que existem atualmente mais artesãos em atividade na atualidade se comparado a outras épocas, tal afirmação parte da avaliação de que aproximadamente 32% das peças encontradas em lojas com cunho econômico são provenientes do próprio estado e cerca de 76% similarmente o são em empresas cujo tripé econômico, social e ambiental são valores expressos.

Outro destaque ligado ao elemento social, passível de observação, refere-se à despreocupação, por parte das organizações com exclusivo foco econômico, na seleção de seus fornecedores.

Como já mencionado, a constituição da oferta se dá pelas vias do apelo comercial. Nesse sentido, as peças artesanais de natureza indígena, por exemplo, são apreciadas por estrangeiros e nesse sentido o comerciante as expõe em local especial, como é o caso das bugras de Indiana Marques. Porém, uma novidade nas lojas é uma peça de São Francisco de Assis ladeado de animais do Pantanal que se apresenta em tamanho único, mas em várias posições. A figura 5, exemplifica a apresentação dessa nova tendência:

Figura 5. Bugras da artesã Indiana Marques (esquerda) e São Francisco de Assis (direita), Bonito/MS.

Ambas as peças são apreciadas pelos turistas. Curiosamente, dividem espaço com similares industrializadas feitas de resina ou gesso que custam menos da metade do preço.

De certo modo, demonstra que o apelo ao desenvolvimento local se dá pelas vias da propagação da arte de profissionais que estejam no estado, ou seja, o dinheiro arrecadado permaneceria em Mato Grosso do Sul e geraria para os artistas ou associações deles, divisas, que seriam investidas em seu negócio ou para seu próprio bem-estar, o que não acontece quando o dinheiro passa a circular, por exemplo, em outro estado.

Torna-se indiscutível a dependência ao longo dos anos do artesanato para com o turismo quando se considera que:

O foco econômico assume, notadamente a partir da última década a posição de direcionador da produção artesanal, comprovado pelo tipo de oferta encontrada, a exemplo de peças desprovidas da preocupação de legitimação de origem e mesmo uso de recursos e processos desfigurados da natureza artesanal. Considerando o período de análise, alude-se que, em épocas anteriores, especialmente que entre as décadas de 1970 até 2000 os artesãos tinham maior liberdade para a criação de suas peças.

> Dependendo da peça eu falo (para o artesão): o turista perguntou se não teria uma índia com dois indiozinhos ou se a onça não poderia aparecer em uma cena caçando, aí (o artesão) vai e tenta me trazer algo assim, se vender a gente pede mais (Comerciante de artesanato, Campo Grande, MS, 2015).

As crises econômicas e a alteração na constituição do perfil do turista exigiram nova composição de oferta, adequadas ao comportamento de consumo, o que macula a natureza da criação artesanal ao submetê-lo ao julgo econômico como fundamento primordial.

As organizações que se encontram em destinos turísticos finais apresentam uma composição de oferta de peças elevado, ou seja, a variedade e volume atraem os consumidores, locais com aparência menos organizada e peças com baixo apelo comercial são preteridos e menor volume de unidades expostas deixam de atrair consumidores.

> Turista quer ver coisas que encham os olhos, que ela tenha orgulho de presentear ou expor na sua sala, peças mesmo artesanais, se não forem atrativas para o entender ou para o leigo só servem para juntar poeira (Comerciante de artesanato, Bonito, MS, 2015).

Para ilustrar, novamente, a influência do turismo sobre o artesanato ao longo dos anos, destaca-se que a composição da oferta até a década de 2010 era montada, basicamente, por peças produzidas em boa parte regionalmente

e que na atualidade diversos estados enviam peças para Mato Grosso do Sul entre eles Sergipe, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Tocantins, Pará e Minas Gerais. Ademais, são encontradas peças de origem chinesa e africana nas prateleiras, ou seja, quando o turismo se desenvolve em um local passa a atrair quem os produz, seja o artesão seja a indústria. Conforme ilustrado na figura 6.

Figura 6. Máscaras africanas vendidas em Bonito, MS.

Peças com motivos sacro foram encontradas em Campo Grande, Aquidauana, Miranda e Bonito. São peças em gesso que são trabalhadas pelos artesãos através da inserção de pintura e adornos como pedras, lantejoulas, meia pérola e strass. Elas chamam atenção pelo acabamento refinado e ao mesmo tempo pelo elevado preço cobrado, se comparado a outras peças. Tem apresentando-se como atraentes, observe que na figura 7 a peça da esquerda que se encontra em Aquidauana está a muito tempo para venda, ou seja, apresenta dificuldade de ser comprada, já as peças que estão à direita, encontradas em Campo Grande e Bonito, principalmente, apresentam venda elevada. Observe que nenhuma delas tem ligação com elementos próprios do estado, ainda assim, constituem oferta nas lojas de artesanato.

Figura 7: Peças com motivos sacros vendidos em lojas de artesanato, Aquidauana, MS.

Elas não são representativas do local e além de não realizarem menção alguma a localidade, como por exemplo, “Lembrança de Campo Grande”. Elas simplesmente são confeccionadas e expostas como peça de devoção em locais de grande fluxo e passam a constituir parte da compra particularmente de turistas do sexo feminino.

No que diz respeito aos turistas do sexo masculino diversos locais vendem entre as peças artesanais uma quantidade elevada de peças para churrasco e menções a times de futebol. Esses dois exemplos foram usados para ilustrar o apelo comercial inserido no processo de oferta em organizações que comercializam o artesanato.

Um dos locais que merece destaque e ilustram a dificuldade das associações de artesãos encontra-se em Aquidauana. A Casa do Artesão possuí um local de ofertas variadas e conta com mais ou menos 300 artesãos locais e regionais e deve possuir uma oferta de aproximadamente 450 peças. A oferta no local é variada e vai desde a peça artesanal, passando por alguns alimentos e bebidas.

O local sofre com a falta de divulgação direcionada considerando que, apesar de central, não apresenta menção a uma forma de acesso para o turista. O esforço de seu presidente é louvável e simboliza o trabalho de uma vida na busca pela cristalização do tripé econômico, social e ambiental. Esse

tipo de local é suplantado em termos de vendas quando comparado a uma loja com ampla vitrine e variedade de peças não exclusivamente artesanais, mas que se encontra em rota difundida de recepção aos turistas.

O apelo visual e a forma de acesso aos locais influenciam sobremaneira a comercialização do artesanato para o turista nacional. O turista estrangeiro procura a informação primeiro online e já sabe quando chega a um destino, a localização do que lhe interessa, ou seja, a atratividade do comércio de artesanato passa necessariamente pela conexão com o que existe de mais interessante em termos de oferta de peças com instiguem os consumidores a comprarem para si ou para outros, lembranças de sua estadia em um local turístico, na forma de seu artesanato genuíno ou industrializado.

Esse turista valoriza peças imbuídas de elementos como originalidade, peculiaridade e identificação com o local ou região. Geralmente, esse turista não compra “bugigangas”, ou seja, lembrancinhas desvinculadas da proposta que traz a peça artesanal em sua essência. Esse perfil alterou-se a partir especialmente do maior volume de estrangeiros no estado que ocorre especialmente após 2005.

A figura 8 representa importante indicador da influência do turismo sobre o artesanato.

Figura 8. Máscara africana com motivos Kadiwéu, Campo Grande, MS.

Para finalizar, aponta-se que o turismo gera demanda para o artesanato, que se transforma e se molda aos interesses dos turistas consumidores, tal influência torna-se nítida quando peças, como a apresentada na figura 8 são encontradas a venda.